



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA
SUSTENTÁVEL**

ROSÂNGELA DE SOUZA PIMENTEL E SILVA

**PERFIL E IMPORTÂNCIA DA MULHER RURAL PARA O DESENVOLVIMENTO
LOCAL NO DISTRITO DO CARVÃO, MAZAGÃO, AMAPÁ, BRASIL**

MACAPÁ

2023

ROSÂNGELA DE SOUZA PIMENTEL E SILVA

**PERFIL E IMPORTÂNCIA DA MULHER RURAL PARA O DESENVOLVIMENTO
LOCAL NO DISTRITO DO CARVÃO, MAZAGÃO, AMAPÁ, BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento da Amazônia Sustentável da Universidade Federal do Amapá, como requisito para a obtenção do Título de Mestre em Desenvolvimento da Amazônia e Sustentabilidade.

Orientador: Prof. Dr. Galdino Xavier de Paula Filho

MACAPÁ

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
(CIP) Biblioteca Central/UNIFAP-Macapá-AP
Elaborado por Mário das Graças Carvalho Lima Júnior – CRB-2 / 1451

S586 Silva, Rosângela de Souza Pimentel e.
Perfil e importância da mulher rural para o desenvolvimento local no Distrito do Carvão,
Mazagão, Amapá, Brasil / Rosângela de Souza Pimentel e Silva. - Macapá, 2023.
1 recurso eletrônico. 112 folhas.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Amapá, Programa de Pós-Graduação
em Desenvolvimento da Amazônia Sustentável, Macapá, 2023.
Orientador: Galdino Xavier de Paula Filho.

Modo de acesso: World Wide Web.
Formato de arquivo: Portable Document Format (PDF).

1. Protagonismo feminino. 2. Escolarização. 3. Desenvolvimento rural. I. Paula Filho,
Galdino Xavier de, orientador. II. Universidade Federal do Amapá. III. Título.

CDD 23. ed. – 305.4363

SILVA, Rosângela de Souza Pimentel e. **Perfil e importância da mulher rural para o desenvolvimento local no Distrito do Carvão, Mazagão, Amapá, Brasil.** Orientador: Galdino Xavier de Paula Filho. 2023. 112 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento da Amazônia Sustentável. Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2023.

ROSÂNGELA DE SOUZA PIMENTEL E SILVA

**PERFIL E IMPORTÂNCIA DA MULHER RURAL PARA O DESENVOLVIMENTO
LOCAL NO DISTRITO DO CARVÃO, MAZAGÃO, AMAPÁ, BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento da Amazônia Sustentável da Universidade Federal do Amapá, como requisito para a obtenção do Título de Mestre em Desenvolvimento da Amazônia e Sustentabilidade.

Aprovado em: 08 / dezembro / 2023

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Galdino Xavier de Paula Filho –
Orientador – PPGDAS/UNIFAP



Prof. Dra. Janaina Freitas Calado
Examinadora Titular Interna – PPGDAS/UEAP

Prof. Dr. Albert Alan de Sousa Cordeiro
Examinador Titular Externo – UNIFAP

Resultado: _____

Dedico este trabalho a minha mãe (*in memoriam*) Maria Ivanilde, aquela que me ensinou a amar, que me ensinou a ser filha, a ser mãe, a ser esposa, a ser amiga. Foi a mãe mais amorosa que um filho poderia desejar aqui na terra. Foi a pessoa responsável por quem me tornei, pelo incentivo aos meus estudos, sempre dizendo que o estudo era o que poderia mudar minha vida e de meus irmãos, ela sabia que isso só seria possível através da educação, instrumento que muda a vida das pessoas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Deus pelo dom da vida e a Nossa Senhora, pela proteção diária e por fortalecer minha fé nos momentos difíceis de minha vida, pois sem essa proteção não teria tido forças e perseverança para lutar por meus objetivos.

Agradeço ao meu esposo Raullyan Borja, pelo amor e incentivo que sempre me deu em fazer o Mestrado e pelo apoio incondicional durante esta jornada, que não foi fácil por diversos fatores, e você sempre me incentivando a continuar firme e não desistir, obrigada por tudo e por tanto, você é especial em minha vida.

Aos meus filhos Ytalo Ruan Silva, Ycaro Mikael Silva e Yuri Raynan Silva, por serem luz na minha vida, e pelo apoio e incentivo incondicional que me deram durante o Mestrado sempre entenderam minhas ausências e compreenderam com amor, vocês são meus tesouros.

À Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) e ao Programa de Pós-Graduação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (PPGDAS), pelo fortalecimento da pesquisa científica em nosso estado, propiciando assim, possibilidades de desenvolvimento.

Ao meu orientador Prof. Dr. Galdino Xavier de Paula Filho, pelo aceite do desafio em me orientar, dando-me a credibilidade de desenvolver meu trabalho com autonomia e destreza, com o mesmo olhar que lhe apresentei, acrescentou sua sapiência de orientador nos mínimos detalhes, com paciência, sabedoria e respeito, tornando todo processo muito mais prazeroso de ser trabalhado. Minha eterna gratidão.

Agradeço as pessoas queridas que colaboraram para que a pesquisa de campo acontecesse como planejado, não tenho palavras para mencionar a importância de cada uma delas neste processo, sem as quais não teria tido o mesmo êxito: Maria de Fátima Pimentel, Ycaro Silva, Yuri Raynan, Edinildo Antônio Lima, Edson Antônio Pimentel, Nazaré Fonseca, Sandra Sobral, Nauana Sobral e meu querido sobrinho Edigar Davi Santos, responsável pelas fotografias durante a realização da pesquisa.

Aos professores do programa, que com seus conhecimentos e experiências científicas e acadêmicas, deixaram contribuições valiosas para a construção dessa dissertação

Aos colegas do Mestrado da turma 2021, pela troca de experiências e convivência e em especial aos amigos Pablo Cantuária, Rosângela Pessoa, Carlos Alberto Martins e Mauricio Souza, por estarem sempre disponíveis para troca de conhecimentos.

Aos meus pais, Sabino Pimentel e a minha mãe (*in memoriam*) Maria Ivanilde Pimentel, que sempre foram exemplo de dedicação, cuidado, amor e sabedoria em minha vida, a minha eterna gratidão.

Aos meus irmãos, Raimundo Pimentel, Adilson Pimentel, Maria de Fátima Pimentel, Amiraldo Pimentel, Rosiâne Pimentel, Rosinete Pimentel e Ailton Pimentel, por fazerem parte da constelação familiar que sempre foi base para superação das adversidades diárias, amo todos vocês.

Entretanto faço especial agradecimento ao meu irmão Adilson pela dedicação, zelo, cuidado, amor e amparo nestes últimos dois anos da partida de nossa mãe - obrigada por segurar minha mão e não me deixar sozinha. A minha irmã Fátima, peça fundamental na articulação da pesquisa de campo, sem você tudo teria sido mais difícil, obrigada pelo amor, carinho, atenção e por estar ao meu lado neste momento tão importante da minha jornada acadêmica - obrigada por vivenciar esse momento comigo, minha gratidão eterna.

“É pelo trabalho que a mulher vem diminuindo a distância que a separa do homem, somente o trabalho poderá garantir-lhe uma independência concreta”

Simone de Beauvoir

RESUMO

A trajetória histórica do papel da mulher na sociedade e especificamente no mundo rural é de sonegação de direitos e igualdade, decorrentes da lógica patriarcal, tendo isso gerado várias formas de violências às mesmas, porém essas mulheres foram transformando esses fatores adversos em resistência e luta por seus direitos, tentando sair da condição de anonimato e buscar se apoderar daquilo que lhe é justo, e assim saindo do ostracismo, da invisibilidade a um papel de protagonista. Dessa forma, a proposição teve como objetivo “investigar os papéis desempenhados pela mulher rural, bem como sua importância para o desenvolvimento social, cultural e ambiental no Distrito do Carvão, município de Mazagão, estado do Amapá”. A pesquisa tem uma abordagem quali-quantitativa, e classificada como qualitativa documental, bibliográfica e de levantamento. Para a coleta de dados levantamento bibliográfico e documental e o levantamento através de entrevistas, com formulários contendo perguntas abertas e fechadas. Fora realizadas 53 entrevistas com mulheres do Distrito do Carvão, no período de julho a agosto de 2023. O projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal do Amapá e aprovado sob o registro Nº 6.178.670. As entrevistadas estavam em faixa etária de 19 a 76 anos, contendo pessoas que nunca estudaram até com nível superior, tendo 67,92% delas se declarando pardas e 28,30% pretas. E 69,81% possuem relacionamento formal e com média de 1 a 3 filhos, sendo atuantes profissionalmente como professoras, técnicas de enfermagem, serviços gerais e com média de 40 horas de trabalho semanal. Elas também exercem atividades extras (43,40%) para complemento de renda e 24,53% declararam já ter sofrido algum tipo de violência doméstica. As entrevistadas têm a percepção de um protagonismo crescente delas na sociedade, tendo destaque individual e coletivo, onde desenvolvem variadas funções de importância social e administrativa no Distrito e município. Conclui-se que as mulheres estão em busca pela equidade de gêneros, buscando demonstrar suas vontades de luta, crescer profissionalmente e serem reconhecidas e na esperança de que sobressaia na sociedade local a capacidade humana de entender, compreender o outro, seja quem for e com isso construir uma sociedade, pelo menos local baseada na igualdade de direitos, mas para tal é necessário a sensibilização de todos para que se conscientize de seus papéis e juntos lutem pelo bem coletivo.

Palavras-chave: protagonismo feminino; escolarização; percepção; desenvolvimento rural.

ABSTRACT

The historical trajectory of the role of women in society and specifically in the rural world is one of denial of rights and equality, resulting from the patriarchal logic, which has generated various forms of violence against them, but these women have been transforming these adverse factors into resistance and struggle for their rights, trying to get out of the condition of anonymity and seek to take possession of what is fair to them. And thus coming out of ostracism, from invisibility to a starring role. Thus, the proposal aimed to "investigate the roles played by rural women, as well as their importance for social, cultural and environmental development in the Coal District, municipality of Mazagão, state of Amapá". The research has a qualitative-quantitative approach, and is classified as qualitative, documentary, bibliographic and survey. For data collection, bibliographic and documentary survey and survey through interviews, with forms containing open and closed questions. A total of 53 interviews were conducted with women from the Coal District from July to August 2023. The project was submitted to the Human Research Ethics Committee of the Federal University of Amapá and approved under registration No. 6,178,670. The interviewees were in the age group of 19 to 76 years, containing people who had never studied until higher education, with 67.92% of them declaring themselves brown and 28.30% black. And 69.81% have a formal relationship and have an average of 1 to 3 children, working professionally as teachers, nursing technicians, general services and with an average of 40 hours of work per week. They also perform extra activities (43.40%) to supplement their income and 24.53% reported having suffered some type of domestic violence. The interviewees have the perception of a growing protagonism of them in society, having individual and collective prominence, where they develop various functions of social and administrative importance in the District and municipality. It is concluded that women are in search of gender equality, seeking to demonstrate their will to fight, grow professionally and be recognized and in the hope that the human capacity to understand, to understand the other, whoever they may be, and with this to build a society, at least local, based on equal rights, stands out in the local society. But for this it is necessary to sensitize everyone so that they become aware of their roles and together fight for the collective good.

Keywords: female protagonism; schooling; perception; rural development.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1	- Localização do locus da pesquisa – O Distrito do Carvão, Mazagão-Amapá (2021)	34
Fotografia 1	Portal de acesso ao Distrito do Carvão, Mazagão-AP (2023)	35
Fotografia 2	- Unidade Básica de Saúde Dr. Silas Salgado, Distrito do Carvão, Mazagão-AP (2023)	36
Fotografia 3	- a) Creche Tia Chica; b) Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental professor Pedro Correia de Souza; c) Escola estadual Fagundes Varela; d) Escola Família Agroextrativista do Carvão, Distrito do Carvão, Mazagão-AP (2023)	37
Mapa 2	- Panorama do Distrito do Carvão, com destaque a zona urbana	40
Print 1	- Imagem da tela do computador da página do programa SurveyMonkey usado para fazer o cálculo do tamanho da amostra das entrevistadas do Distrito do Carvão, Mazagão-AP (2023)	41
Fluxograma 1	- Detalhamento dos procedimentos a serem realizados na coleta de dados no Distrito do Carvão, Mazagão	43
Gráfico 1	- Autodeclaração étnico-racial das entrevistadas no Distrito do Carvão, Mazagão (2023)	53
Quadro 1	- Protagonismo da mulher, de forma individual ou coletiva, no Distrito do Carvão, Mazagão-AP (2023)	77

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	- Estimativa populacional do Distrito do Carvão para o ano de 2021	33
Tabela 2	- Faixa etária e escolaridade das entrevistadas - Distrito do Carvão, Mazagão, Amapá (2023)	47
Tabela 3	- Faixa etária das entrevistadas com ensino superior completo (2023)	49
Tabela 4	- Atividades profissionais exercidas pelas entrevistadas com nível superior completo (2023)	49
Tabela 5	- Somatório dos níveis de escolarização de ensino médio completo, ensino superior em curso e completo	50
Tabela 6	- Condição das entrevistadas na unidade domiciliar no Distrito do Carvão, Mazagão (2023)	51
Tabela 7	- Nupcialidade das entrevistadas no Distrito do Carvão, Mazagão-AP (2023)	54
Tabela 8	- Número de filhos gerados/entrevistada no Distrito do Carvão, Mazagão-AP (2023)	55
Tabela 9	- Atividade laboral das entrevistadas no Distrito do Carvão, Mazagão-AP (2023)	57
Tabela 10	- Jornada de trabalho semanal das entrevistadas no Distrito do Carvão, Mazagão-AP (2023)	59
Tabela 11	- Atividades extras desenvolvidas para complemento da renda familiar pelas entrevistadas no Distrito do Carvão, Mazagão-AP (2023)	60
Tabela 12	- Relação das atividades laborais iniciais das entrevistadas do Distrito do Carvão, Mazagão-AP (2023)	62
Tabela 13	- Tipos de violência doméstica sofrido pelas entrevistadas no Distrito do Carvão, Mazagão-AP (2023)	64
Tabela 14	- Escolaridade dos moradores dos domicílios das entrevistadas no Distrito do Carvão, Mazagão-AP (2023)	66
Tabela 15	- Cor ou raça dos moradores dos domicílios das entrevistadas no Distrito do Carvão, Mazagão-AP (2023)	66
Tabela 16	- Rendimento mensal das famílias das entrevistadas no Distrito do Carvão, Mazagão-AP (2023), tendo como base o valor do salário-mínimo vigente a época da pesquisa de R\$ 1.320,00	67

Tabela 17	- Atividade profissional da pessoa de maior fonte de renda nos domicílios das entrevistadas no Distrito do Carvão, Mazagão-AP (2023)	68
Tabela 18	- Legado, ação, obra ou benefício social ocorrido na comunidade sob a liderança, esforço ou iniciativa das mulheres no Distrito do Carvão, Mazagão-AP (2023)	70
Tabela 19	- Percepção da valorização/reconhecimento da mulher pelo seu papel na família e comunidade no Distrito do Carvão, Mazagão-AP (2023)	73
Tabela 20	- Oportunidades de estudo e inserção no mercado de trabalho das mulheres do Distrito do Carvão, Mazagão-AP (2023)	75

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAAC	Associação de Agricultores e Agricultoras do Carvão
ACST	Associação Cultural São Tomé
AMCC	Associação de Moradores da Comunidade do Carvão
CEPESH	Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNS	Conselho Nacional de Saúde
CP	Colônia de Pescadores
CPT	Comissão Pastoral da Terra
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
GEA	Governo do Estado do Amapá
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFAP	Instituto Federal do Amapá
IMMAM	Instituto Municipal do Meio Ambiente
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MDR	Mestrado em Desenvolvimento Regional
PC	Pastoral da Criança
PMM	Prefeitura Municipal de Mazagão
SM	Salário-Mínimo
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UBS	Unidade Básica de Saúde
UEAP	Universidade do Estado do Amapá
UNIFAP	Universidade Federal do Amapá

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	20
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	25
2.1	O PAPEL DA MULHER NA HISTÓRIA	25
2.2	A MULHER RURAL: TRAJETÓRIA DE LUTAS	27
2.3	A SITUAÇÃO DA MULHER NO BRASIL: PRIMEIRAS CONQUISTAS	28
2.4	A MULHER RURAL NO BRASIL	29
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	33
3.1	CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	33
3.2	O DISTRITO DO CARVÃO, MAZAGÃO, AMAPÁ	33
3.3	TIPOLOGIA DA PESQUISA	37
3.4	COLETA DOS DADOS	38
3.4.1	Coleta de dados secundários: Levantamento bibliográfico e documental	38
3.4.2	Coleta de dados primários	38
3.4.2.1	Seleção dos participantes da pesquisa	39
3.4.2.2	Entrevistas e observação participante	41
3.4.3	Descrição resumida dos procedimentos de coleta de dados	43
3.4.4	Análise dos dados	43
3.4.5	Aspectos éticos da pesquisa	44
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	46
4.1	CARACTERÍSTICAS DAS ENTREVISTADAS NO DISTRITO DO CARVÃO	46
4.1.1	Idade e escolaridade das entrevistadas	46
4.1.2	Condição das entrevistadas na unidade domiciliar	50
4.1.3	Identificação étnico-racial das entrevistadas	52
4.1.4	Nupcialidade das entrevistadas	53
4.1.5	Fecundidade das entrevistadas	55
4.1.6	Trabalho e rendimento das entrevistadas	56
4.2	BREVE CARACTERIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS DAS ENTREVISTADAS ...	64
4.2.1	Idade, sexo, escolaridade, número de pessoas, condição no domicílio e identificação étnico-racial das famílias das entrevistadas	64
4.2.2	Trabalho e renda das famílias das entrevistadas	67

4.3	PERCEPÇÃO SOBRE O PROTAGONISMO DA MULHER RURAL NO DISTRITO DO CARVÃO	69
4.3.1	Legados, ação, obra ou benefício social na comunidade ocorrido com liderança/inciativa/esforço de uma mulher no Distrito do Carvão?	70
4.3.2	As mulheres no Distrito do Carvão são valorização/reconhecidas por seu papel na família e comunidade?	72
4.3.3	As mulheres estão tendo mais oportunidades de estudo e inserção no mercado de trabalho no Distrito do carvão?	75
4.3.4	Como as mulheres tem se destacado no Distrito do Carvão de forma individual ou coletiva?	76
4.4	MULHERES PIONEIRAS E TRANSFORMADORAS NO DISTRITO DO CARVÃO	78
4.4.1	Raimunda Gonçalves Pimentel	79
4.4.2	Maria Ivanilde Souza Pimentel	80
4.4.3	Rosalina dos Santos Pimentel	81
4.4.4	Deuzarina Belo dos Santos	82
4.4.5	Francisca Cristina da Luz	82
4.4.6	Maria Pereira Belo	83
4.4.7	Maria das Graças Caldeira Cardoso	84
4.4.8	Tereza Belo	85
4.4.9	Deusa da Silva Belo	86
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
	REFERÊNCIAS	90
	APÊNDICE A ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA COLETA DE DADOS PRIMÁRIOS	98
	APÊNDICE B TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE	100
	APÊNDICE C MOMENTOS DA COLETA DE DADOS NAS ENTREVISTAS, DISTRITO DO CARVÃO, MAZAGÃO-AP (2023)	101
	APÊNDICE D PERFIL DAS ENTREVISTADAS NO DISTRITO DO CARVÃO, MAZAGÃO-AP (2023)	102
	ANEXO A PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP	106

APRESENTAÇÃO

MINHAS MEMÓRIAS – MINHA HISTÓRIA

Esse breve relato tem o intuito de esclarecer de como surgiu ou emergiu e amadureceu o interesse pela temática trabalhada nesse projeto e conseqüente escrito, pois sou fruto e parte da história aqui desenvolvida e descrita.

Nasci na comunidade do Vila Nova, Município de Mazagão, e quando tinha sete meses de idade minha família teve de fazer mudança para a comunidade da Foz do Mazagão, para meu pai trabalhar em uma serraria que existia naquela localidade.

Quando contava com quatro anos de idade, novamente mudamos, desta vez para o Distrito do Carvão, para meu pai trabalhar na propriedade do dono da serraria. Nas horas de folga dessa atividade de caseiro, ajudava minha mãe e meus irmãos mais velhos na roça, plantando mandioca para fazer farinha, que além de ser parte importante da nossa dieta, a comercialização ajudava no sustento da família, vista ser a mesma grande, como era de praxe naquela época, sendo composta de quatro mulheres e quatro homens, mais meus pais, totalizando 10 pessoas.

Lembro com clareza que ajudava na raspagem e lavagem da mandioca, assim como todos os outros irmãos tinham suas atividades específicas de acordo com a sua condição e idade, mas essas atividades só eram realizadas nos momentos de folga da escola, pois minha mãe não deixava que faltássemos nas aulas, sempre ressaltando a importância de estudarmos - assim era nossa rotina.

Apesar das dificuldades financeiras, pois o que era conseguido com a venda da farinha dava somente para a manutenção de poucos dias, tivemos uma infância e adolescência feliz, pois mesmo na “lida” do dia a dia, sempre encontrávamos tempo para as brincadeiras.

No Distrito do Carvão, iniciei minha jornada acadêmica, onde cursei da Educação Infantil até a 4ª série do Ensino fundamental I, pois era até essa série que os estudos eram ofertados na localidade. Dessa forma, aos 11 anos, tive de ir morar com minha avó materna no município de Santana, para poder continuar estudando.

Essa foi a solução encontrada pelos meus pais, em especial da minha mãe, que tinha uma visão de futuro muita a frente do seu tempo, e sendo a escolarização para ela pauta fundamental na vida de qualquer pessoa, mesmo tendo sido a mesma “impedida” pela sua mãe de sair de sua casa a época (interior da comunidade do Vila Nova, Mazagão) para estudar, pois precisava dela para ajudá-la a cuidar da casa e dos irmãos.

A minha mãe tinha bem claro a percepção de que tivesse estudado teria tido outra vida, e sempre dizia aos filhos que “o estudo muda a vida das pessoas”, e o que dependesse dela todos os seus filhos estudariam e teriam uma vida bem diferente da que ela estava tendo - a mamãe honrou com sua palavra e seu posicionamento.

O dia em que minha mãe foi me deixar na casa de minha avó foi de imensa tristeza e medo e o desespero tomou conta do meu ser, principalmente quando ela disse que iria voltar ao Carvão, pois nesse momento eu estava ficando só, sem minha mãe. Eu tinha somente 11 anos, era uma criança. Mas como era inevitável, tomei a “benção” e assim que ela saiu, o choro forte e incontrolável tomou conta de mim, pois gritava e chorava bem alto, o que chamou até a atenção dos vizinhos, para que ela voltasse e me levasse junto. Mas minha mãe, mesmo com o coração partido devido a difícil decisão, sabia que naquele momento era a melhor opção e seguiu firme sem olhar para trás e seguiu até dobrar na esquina – sabia que ela também chorava e que seu coração estava dilacerado.

Fiquei em prantos por um bom tempo até que minha avó mandou eu parar de chorar e disse que ela não iria voltar e que tinha que me acostumar com a nova realidade, e, nesse momento lembrei das palavras da minha mãe, que eu tinha que estudar para criar um futuro bom e nesse momento não tinha outro jeito, a não ser aquele, ficar longe deles e de meus irmãos por um tempo.

Assim, foi vivendo e ficava contando os dias passarem para receber a visita da minha mãe e matar um pouco da saudade, e mais especial ainda era aguardar os feriados, pois nesses dias voltava a nossa casa no Carvão. E assim se passou o ano e esperava voltar definitivamente ao meu lar, embora nem imaginasse que minha jornada estava apenas começando. Depois de um tempo fui morar com minhas tias (três no total em tempos diferentes) onde ajudava nos serviços da casa e “reparava” meus sobrinhos, pois essa era a contrapartida pela moradia, alimentação e vestuário.

Após um tempo, para continuar meus estudos (7ª série) trabalhei como doméstica na casa de uma família em Macapá e foi onde conheci o lado ruim de algumas pessoas. Apesar de falarem a minha mãe que gostava de mim e dispensavam o tratamento como se fosse uma filha, a realidade era bem diferente. Estudava no período noturno e passava o dia trabalhando em todas as atividades da casa e não era permitido nem fazer as atividades escolares, pois a prioridade era cuidar da casa em sua totalidade.

A rotina era pesada demais, pois acordava as 5 horas para começar a preparar o café da manhã e só podia dormir depois que a filha da dona da casa ia deitar-se, pois deveria ficar a disposição, e isso, em regra, acontecia sempre depois de meia noite. Tentava contar a minha

mãe a situação que estava vivendo, mas era impedida, pois só podia conversar com ela quando alguma pessoa da casa estava ao meu lado para de alguma forma impedir de contar o que estava acontecendo e sempre davam desculpas para que eu não fosse fazer visita a casa dos meus pais e tias.

Um dia, enfim, consegui fazer uma ligação telefônica e falei com minha mãe e implorei que fosse me tirar daquela casa, pois não mais suportava. Minha mãe então chegou um dia de surpresa e viu meus joelhos sangrando, pois estava limpando o piso da casa, como tinha de fazer todos os dias, ajoelhada. Ela horrorizada com a cena, mandou eu pegar meus pertences e fomos embora chorando.

Depois dessa desagradável situação, que me marcou profundamente, até os dias atuais, fui morar com uma tia, no município de Santana. Uma pessoa maravilhosa que me acolheu verdadeiramente como filha em sua casa. Como não tivemos condições de conseguir vaga em escola em Santana visto que o ano letivo estava em andamento, para continuar os estudos, pois estava matriculada em uma escola em Macapá, vinha todos os dias a noite para estudar, mas no ano seguinte fui matriculada em Santana e assim, minha jornada ficou menos exaustiva.

No ano em que estava concluindo o ensino fundamental II, longe de minha mãe e de suas orientações diárias, engravidei. Entrei em desespero, pois acabei fazendo tudo diferente do que minha mãe tinha dito e com isso achei que minha vida tinha acabado, pois não via nenhuma perspectiva e a tristeza tomou conta do meu ser. Mas minha tia, com todo carinho conversou comigo e relatou a minha mãe o fato.

Quando minha mãe foi conversar comigo, estava com medo e envergonhada, mas ela em sua imensa sabedoria e compreensão falou: “a partir desse momento não será mais só por você, mas também por essa criança que vai chegar que você vai continuar estudando, vai se formar e ser alguém na vida”. Com isso me senti fortalecida, pois se ela não me condenou, não fez julgamentos, mas me deu seu colo, seu amor. As forças voltaram.

Com isso tive o apoio de toda a minha família e para continuar estudando, fui morar na casa de uma outra tia, irmã da minha mãe, em Mazagão Novo, que me acolheu e cuidou de mim durante a gravidez até o nascimento do meu filho. Tudo isso fez com que eu amadurecesse mais rápido ainda, pois a partir desse momento não estava mais só por mim, não estava mais sozinha, tinha alguém que dependia de mim, e, com a ajuda da minha família, especialmente dos meus pais, concluí o ensino médio, o antigo Magistério.

Como já estava habilitada a ministrar aulas nos anos iniciais, por intermédio da minha mãe (sempre ela) consegui um contrato na Prefeitura de Mazagão para dar aulas na Creche

Tia Chica, no Distrito do Carvão, onde tive a primeira experiência profissional e tudo ficou melhor, porque fui morar com meus pais e assim sentir novamente aquele calor e carinho do lar deles, estava muito feliz, pois ajudava minha mãe nos afazeres domésticos, cuidava do meu filho e participava com ela das atividades na igreja, onde ela desempenhava diversas funções, além dos encontros nas associações e no trabalho na Pastoral da Criança.

Minha mãe não parava, era aguerrida, admirável e tinha um coração grandioso. Na catequese dava conselhos para as crianças e jovens e sempre enfatizando a importância da educação, da escolarização e que nunca deveriam desistir de estudar, mesmo diante das dificuldades que pudessem aparecer durante a jornada – foi um período fantástico, pois pude ver de bem perto e participar das atividades dela fora do ambiente doméstico – como ela era fantástica.

Mas como tudo na vida é passageiro, depois de 4 anos trabalhando, o contrato finalizou e fiquei desempregada e ao mesmo tempo prestei concurso do vestibular da Universidade Federal do Amapá para o curso de Pedagogia que seria ofertado no município de Serra do Navio, na modalidade modular, exclusivamente nos meses de férias, e fui aprovada e com o incentivo e apoio da minha mãe que sempre queria que eu tivesse evoluindo, fui a luta, mesmo nunca tendo ido ao citado local, mas estava radiante de felicidade, pois era da minha família a primeira a cursar o ensino superior.

Via nos olhos da minha mãe o orgulho e sua felicidade por tal feito e isso me dava ainda mais força e coragem para enfrentar as dificuldades que viriam, pois desistir era uma palavra que não tinha espaço na minha vida, principalmente depois de tudo que havia enfrentado e com apoio incondicional da minha heroína, isso só me fortalecia e dava a certeza de estar no caminho certo. Tive medo sim, insegurança sim, mas a vontade de vencer era maior.

Como as aulas eram nas férias escolares, e estava desempregada, procurei e consegui um emprego em Macapá e dessa forma ficava a semana toda na capital e no final de semana voltava ao Carvão, para a casa dos meus pais e cuidava do meu filho – era difícil, porém necessário e mais uma vez meus pais foram essenciais com força, fé e cuidado. Nesse percurso de trabalho conheci meu esposo, que acolheu meu filho como seu e ainda tivemos mais dois filhos biológicos.

Após concluir o ensino superior continuei a estudar e fiz especializações que foram essenciais para minha carreira profissional, e no ano de 2021 fui aprovada no processo seletivo no Programa de Pós-Graduação/Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amapá, sendo que foi um acontecimento especial e reconfortante,

pois aconteceu em um momento que vivia a maior tristeza de minha vida, tinha acabado de perder minha mãe, de forma repentina e brutal para a COVID 19.

Estava sem perspectiva, ainda sem entender por que, perdemos seres tão importantes e significativos não só para uma família, e sim para um lugar onde sua presença era tão intensa, por tudo que realizava para tantos. Estava sem minha fortaleza, sem minha guia maternal e espiritual e tinha um vazio instalado em meu peito e que parecia não ter fim, e sabendo o quanto ela acreditava que a educação transforma vidas, e que sempre dizia que era para fazer sim, que daria tudo certo, que era para estudar, que foi como se lá do céu ela tivesse me enviada essa aprovação, e fiquei extremamente feliz em saber que galgaria mais um degrau na minha jornada acadêmica e novamente a primeira dos filhos a fazer o Mestrado.

Sei que onde ela está continua cuidando e zelando por mim, como sempre fez em sua vida inteira e não sou capaz de fazer nem metade do que minha mãe fez para que seus filhos estudassem, especialmente a mim, pois mesmo vivendo muitos momentos difíceis e tive seu apoio, ela sempre mostrando que eu seria capaz - e fui capaz. E pensando justamente nela, em 2021 comecei a participar da Pastoral da Criança na condição de voluntária e assim seguindo um pouco dos passos da minha mãe. Em 2023 fui efetivada como uma das líderes da Pastoral da Criança no Distrito do Carvão.

Hoje analisando tudo que me tornei, devo exclusivamente para essa mulher que nunca será esquecida, foi gigante, sempre estava à frente de seu tempo, era visionária, a mãe mais amorosa que um filho poderia ter na terra, a catequista que que tinha o respeito e admiração de todas as crianças, a Líder da Pastoral da Criança que executava com primor sua função, a mulher empreendedora, a líder comunitária que desempenhou com louvor sua função, a amiga prestativa que visitava todos os doentes da comunidade - são tantos adjetivos que ela abraçava que alguns com certeza não conseguirei lembrar neste momento.

Enfim, percebi que na comunidade também existiam outras Marias, outras guerreiras, que vinham quebrando paradigmas ao longo do tempo, lutando contra tudo que as pudesse tentar impedir e começaram a revolucionar a localidade – eu precisava então, entender quem eram de fato essas mulheres, de onde elas vinham, o que fizeram, o que pensam e qual o legado delas – essa foi a maior motivação de entrar nessa jornada acadêmica.

1 INTRODUÇÃO

A história da humanidade e seu processo evolutivo não é preciso e nem unanimidade entre os estudiosos, mas de uma forma geral, pode-se dizer que existe um tronco comum que deu origem aos grandes macacos (Pongidae) e aos humanos (Hominidae), que em dado momento evoluíram em caminhos diversos onde os Pongidae deram origem as formas do gorila, do chimpanzé, do orangotango e do gibão atual, enquanto os Hominidae, após várias transformações, chegam ao *Homo sapiens sapiens* (Dalal, 2016; Harari, 2015).

A cerca de 2,5 milhões de anos atrás, já havia no planeta Terra, animais semelhantes aos humanos, mas não se destacavam dos outros organismos com os quais compartilhavam seu habitat e cujo impacto sobre o ambiente era similar às outras espécies (Harari, 2015). O homem, nesta época, não possuía meios de defesa contra as intempéries da natureza, como não possuía também, meio de produção eficazes para a transformação dos recursos naturais. Na maioria das vezes, o homem retirava da natureza, o suficiente para sua sobrevivência e, por outro lado, o necessário para sua proteção contra animais selvagens (Campanella, 1978).

É dessa época os primeiros indícios de produção e uso de ferramentas e manufaturas, que são os critérios pelos quais os arqueólogos reconhecem humanos antigos (Harari, 2015). E segundo Campanella (1978) esse trabalho realizado pelo homem primitivo com o uso de suas ferramentas rudimentares era usada para extrair da natureza o necessário para sua sobrevivência.

Por volta de um milhão de anos, o homem relacionava-se com a natureza, procurando tirar dela o essencial para que pudesse sobreviver, mas com o passar do tempo, deixou de ser extrativo e domesticou espécies vegetais (agricultura), tornando uma das atividades mais importantes já desenvolvidas pelo ser humano e com isso a humanidade pode estabelecer um modelo de vida sedentarista, onde construiu cidades e possibilitou avanços sociais e tecnológicos diversos, e, iniciou um processo de influência sobre a natureza que pode ser considerado o mais sério impacto que o ambiente sofreu e vem sofrendo até hoje (Campanella, 1978; Cruz, 1978).

Com esse novo modelo, tanto a divisão social do trabalho quanto a propriedade privada começam a aparecer quando a sociedade primitiva entra num estado de desintegração. É nesta época que começa a surgir os primeiros conflitos entre os homens, pois houve um aperfeiçoamento nos meios de produção até então utilizados. Este período coincide com a utilização, em larga escala, do bronze, dos metais, do cobre e do estanho, para a fabricação de novas ferramentas. A partir de então, o homem passa a ter maiores poderes de ação sobre a

natureza através da manipulação de novos meios de produção: enxadas, serras, machados entre outros (Mazoyer, 2010; Silva, 2010).

Nesse novo modelo de vida, o trabalho envolve a sua maior parte a força física, a figura masculina assume o papel dominante, de maior destaque na comunidade, enquanto a figura da mulher, mesmo desenvolvendo atividades e funções importantes no grupo, era vista como de importância secundária, somente como cuidadora do lar, como mera auxiliar da figura masculina (Marion; Bona, 2013).

O trabalho de plantar e colher continuou como forma, agora, fundamental de sobrevivência, novas experimentações de como melhorar a produtividade sempre acompanharam o processo, algumas com sucesso e outras nem tanto, mas o que se mantinha estável, era o papel desempenhado pelos atores sociais, o homem no comando e a mulher sempre desempenhando funções secundárias (Mazoyer, 2010).

Porém com o surgimento da agricultura familiar percebe-se a mulher assumindo um papel cada vez mais relevante, tendo em vista a introdução da mecanização e tecnologias que facilitam as atividades quanto a necessidade de força bruta, proporcionando maior espaço de atuação às mulheres agricultoras. Mesmo assim, a situação está longe do ideal, ora por preconceito da unidade familiar, ora por falta de incentivo e capacitação. Sua dedicação e contribuição para com este regime vem aumentando gradativamente, uma vez que este modelo de produção não se utiliza da mão de obra contratada, limitando suas atribuições aos membros da família (Marion; Bona, 2013).

É importante frisar que a agricultura familiar é um conceito em evolução e no Brasil, o reconhecimento e afirmação da noção do conceito começou a ganhar força a partir de 1994 e 1996 com o trabalho da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO)/ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Mas é possível afirmar que os estudos sobre a agricultura familiar surgem no Brasil na década de 1950 como uma forma de produção alternativa à monocultura e ao latifúndio do período colonial fortalecendo-se com os impactos sociais, culturais e ambientais ocasionados pela “revolução verde” (Mahecha, 2016).

No campo da produção, a mulher tem sido precursora dentro da unidade familiar, assumindo os desafios de começar algo novo, ao mesmo tempo em que desafia a agricultura convencional ao colocar em prática saberes adquiridos em outras gerações, questionando as formas de produzir e demonstrando descontentamento nos casos em que a lucratividade imediata sobrepõe o bem-estar da família (Lovatto *et al.*, 2010).

Isso gera uma situação de economia precária, porque muitas das atividades produtivas desenvolvidas por elas não originam renda monetária, apesar de contribuírem na manutenção e sobrevivência da própria família (Meire, 2013). Essas atividades normalmente são desenvolvidas nos quintais e entorno da moradia, representadas pelo cultivo de hortas e plantas medicinais, criação de aves e pequenos animais ou, ainda, na realização de beneficiamento de alimentos e derivados (Silva, 2010; Vinholi, 2011).

Segundo Lovatto *et al.* (2010), em muitos casos é a mulher a responsável pela introdução das novas práticas de produção, na medida em que testa formas de cultivos, dedica-se ao artesanato, à culinária, aos agrupamentos sociais, exercitando a cooperação em todas as esferas produtivas. Ela aparece como o centro de formação das articulações no meio rural, conectando, às vezes, através da religiosidade, a família e a comunidade, e movimentando a vizinhança para uma mudança de hábitos.

Pode-se entender que apesar das múltiplas funções exercida, a mulher na agricultura familiar tem um papel agregador e social, tanto na família, como na comunidade, ela é peça fundamental não só nas atividades do dia a dia, mas no estímulo a permanência da família com os vínculos rurais, incentivo a sucessão familiar, cuidado com os filhos, com a terra e com os animais.

Portanto é fato que na área rural, ligada a agricultura, os homens historicamente foram dados como os responsáveis pelas finanças, manter a casa, pelo trabalho pesado, pelo sustento da família. Enquanto o papel da mulher na sociedade sempre foi bem definido, ou seja, dona de casa, responsável pelo bem-estar dos filhos e da casa, submissa aos pais ou ao marido, dificultando o direito de expressar suas vontades ou de realizar seus sonhos. As mulheres, por muitos séculos, não obtiveram um papel relevante na sociedade ou não foram devidamente reconhecidas.

Hoje, porém, segundo Damasceno (2010), é possível observar mudanças no comportamento das mulheres, para competir em igualdade com os homens, ou seja, as mulheres buscam a sua realização pessoal e profissional, pois atuam nas unidades produtivas familiares, combinando atividades agrícolas e não agrícolas, porque há necessidade de diversificação das fontes de renda familiar, da busca por atividades que permitam construir maiores níveis de autonomia, frente às relações antagônicas impostas pelo mercado dos produtos agrícolas.

Com o advento de novas tecnologias, estudos e instruções, a capacitação para desenvolver determinadas atividades de forma física ou mesmo gerencial necessitou e necessita de profissionais mais qualificados e a mulher com isso começou a ganhar destaque,

mesmo no mundo rural, pois estas começaram a se instruir e se qualificar e vários estudos apontam o crescimento na escolarização das mulheres, levando com isso as mesmas a saírem do obscurantismo e reclamarem seu verdadeiro valor na sociedade (Freitas, 2008; Oliveira, 2019; Silva, 2002; Silva, 2010).

Giulani (2000, p. 640) destaca a importância de se estudar a história das mulheres para além das atividades trabalhistas, pois, segundo ela, os conflitos aos quais as mulheres têm sido submetidas no Brasil permeiam “outras esferas da vida social”. Nesse sentido, ela aponta que “as reivindicações e os movimentos de mulheres atingiram áreas não ligadas exclusivamente às atividades produtivas estendendo-se até a vida família”

Portanto, investigar quem é essa “mulher”, o que ela faz, de onde vem ou para onde vai, sua formação social, política, religiosa e acadêmica, se faz necessário para se compreender a dinâmica do núcleo familiar das unidades agrícolas familiares de uma determinada região. Neste caso específico, de uma localidade tradicional que tem suas origens remontadas dos primórdios do povoamento de Mazagão Velho, o Distrito do Carvão.

Diante do exposto, a proposição tem a seguinte pergunta norteadora: Quais os papéis desempenhados e a importância da mulher rural no desenvolvimento local do Distrito do Carvão, município de Mazagão, estado do Amapá? E tem como objetivo geral “Investigar os papéis desempenhados pela mulher rural, bem como sua importância para o desenvolvimento social, cultural e ambiental no Distrito do Carvão, município de Mazagão, estado do Amapá”.

A proposição traz como objetivos específicos: a) Identificar as atividades (econômicas, agrícolas, sociais, religiosas) desenvolvidas no distrito que envolvem a participação da mulher; b) Investigar as ações (individuais e coletivas) lideradas/protagonizadas por mulheres que resultaram em benefícios (diretos e indiretos) para a comunidade distrital do Carvão; c) Observar de qual forma as ações e iniciativas desenvolvidas sob a liderança de mulheres, no Distrito do Carvão, contribuíram para o protagonismo das mesmas.

A dissertação está organizada em cinco seções, referências, apêndices e anexo, como descrito a seguir:

Seção 1, onde está a parte Introdutória, é apresentado o tema, identificado e descrito os problemas e apresentado a pergunta norteadora, assim como os objetivos geral e específicos.

Na Seção 2 está a fundamentação teórica de base da proposta, onde são descritos o papel da mulher na história, bem como sua trajetória de lutas e a situação delas no Brasil e suas primeiras conquistas.

Na Seção 3 está a descrição dos procedimentos metodológicos, onde está a caracterização da área da investigação, a tipologia da pesquisa e os procedimentos para a coleta dos dados primários e secundários, assim como os procedimentos para análise deles. Também é descrito a questão ética da pesquisa, por envolver seres humanos.

Na Seção 4 estão os resultados e discussão da proposição, onde está descrito as características das entrevistadas, envolvendo idade, escolaridade, condição das mesmas nos domicílios, identificação étnico-racial, nupcialidade e fecundidade das entrevistadas, trabalho e rendimento. É também descrito uma breve caracterização das famílias das entrevistadas e finalizando com a percepção sobre o protagonismo (ou não) das mulheres no Distrito do Carvão.

Na Seção 5 estão as considerações finais da proposição, vindo em seguida as referências usadas no corpo do texto, os apêndices e anexos.

Desta forma, a presente proposta se encontra integrada ao projeto estratégico “Pandemia, Trabalho e Economia Verde Solidária no Amapá: apoio à produção das mulheres da floresta”, por abordar a importância e os papéis da mulher rural em uma comunidade tradicional no município de Mazagão, Amapá (UNIFAP-MDR, 2020).

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nessa seção está a revisão da literatura pertinente a temática proposta, onde se discute: a) o papel da mulher na história; b) a mulher rural: trajetória de lutas; c) a situação da mulher no Brasil: primeiras conquistas; d) a mulher rural no Brasil.

2.1 O PAPEL DA MULHER NA HISTÓRIA

Desde a Antiguidade, a mulher vive em situação de inferioridade frente ao homem, sendo que o direito Romano e Grego, que fora o berço da cultura jurídica, colocava a mulher em situação de subordinação (Biceglia, 2002). O que fica evidente é que a mulher estava resignada aos desejos da figura masculina, pois além de não poder presidir cultos religiosos, também não tinha direito a herança, sendo a sucessão passada sempre aos filhos e aos seus netos. A mulher dependia durante toda sua vida do homem, sendo na infância de seu pai, e na juventude do seu marido, cita a supracitada autora.

Os gregos concebiam aos homens livres o direito total para exercerem as atividades políticas, enquanto que as mulheres e escravos eram banidos dos assuntos relativos à vida pública. Existia um temor quanto ao acesso das mulheres a vida pública, pois elas representam ameaça ao poderio masculino, em virtude da serem mais instintivas, sensíveis e menos racionais (Funari, 2002).

Coulanges (1996, p. 69) aponta que as leis greco-romana normatizavam que:

Enquanto moça está sujeita a seu pai; morto o pai, a seus irmãos e aos seus agnados; casada, a mulher está sob a tutela do marido; morto o marido, não volta para a sua própria família porque renunciou a esta para sempre, pelo casamento sagrado; a viúva continua submissa à tutela dos agnados de seu marido, isto é, à tutela de seus próprios filhos, se os tem, ou, na falta destes, à dos mais próximos parentes do marido. O marido tem sobre ela tanta autoridade que pode, antes de morrer, designar-lhe tutor, e até mesmo escolher-lhe novo marido.

O que pode concluir dessa situação é a abissal desigualdade entre homem e mulher desde o surgimento das civilizações, embora grande parte dessa disparidade tenha sido extinta com o passar dos anos, ainda se encontra acesso a fragilidade dos direitos as mulheres.

Biceglia (2002, p. 19) aponta que:

Toda essa repressão e subordinação trouxeram, gradativamente, um intenso desejo de liberdade. O anseio de realização profissional e pessoal, foram ganhando dimensões drásticas e profundas, determinando intensas transformações no âmbito familiar". Já não eram mais desejos enrustidos, escondidos no íntimo de cada

mulher, representados por pensamentos secretos e escritos em diários proibidos. Passavam a rogar por todo o tipo de liberdade, seja ela de pensamento, sentimento ou opinião. A mulher começou a se rebelar contra a autoridade do pater-família, até então constituída, tendo como grave punição o exílio, culminando com a expulsão da entidade familiar. As mulheres passam a exigir espaço daquela sociedade machista e paternalista. Clamavam por direitos de igualdade frente ao homem, bem como as obrigações que deles poderiam surgir.

Com a Revolução Francesa chegou um pequeno avanço nos direitos das mulheres, como, direitos privados a herança, divórcio e testemunho, mas foram restringidos aqueles atinentes a deliberações políticas e funções públicas, como o direito ao voto. No Brasil, mesmo sem ter registros históricos, verifica-se a participação das mulheres em rebeliões e lutas políticas, com destaque na luta contra a escravidão (Biceglia, 2002).

No início do século XIX iniciou-se uma verdadeira revolução cultural, beneficiando a condição das mulheres, atuantes operárias, que progressivamente foram adquirindo direitos, como a participação de associações profissionais onde podiam fazer deliberações e votar.

Com o advento da 1ª Guerra Mundial, em 1914, em razão do envio dos homens aos campos de batalha, as mulheres têm de exercer funções e ofícios anteriormente a elas restringidos, adentrando em escritórios, comércios, serviços públicos e até mesmo profissões liberais, proporcionando a elevação de seu nível de instrução, aliado à sua peculiar destreza, considerada superior à do homem. Consequentemente, suas reivindicações e aspirações passam a merecer maior atenção, em razão da importância econômica que passam a exercer. Assim, com o fim da 2ª Guerra Mundial, finalmente, as mulheres veem assegurada na Declaração universal dos direitos do “homem”, a consagração de seus direitos, sem distinção de sexo, igualando, para todos os efeitos, homens e mulheres (Biceglia, 2002, p. 22).

No campo constitucional também foi sendo verificado avanços para garantia dos direitos das mulheres, embora seja de forma lenta e gradual, iniciado com a Constituição do Império (1824) e tendo culminado com a atual Constituição Federal (1988), muitos pontos ainda precisam ser considerados e reconhecidos.

No cenário rural apesar dos avanços também conquistados, ainda careciam de outros olhares e outros avanços, pois este historicamente é um “mundo” baseado no patriarcado, que coloca o homem como o centro do mundo, e por conseguinte, oprime as mulheres, e isso se espalha em todos os meandros sociais.

Segundo Marion e Bona (2013) isso aconteceu pois o mundo rural foi desenvolvido baseado na figura masculina e esse assumiu o papel de maior destaque, enquanto a figura feminina, mesmo desenvolvendo atividades importantes neste meio, era vista apenas como

“dona de casa” e sua colaboração no lavrado, independente do grau de interferência, era visto meramente como auxiliar a da figura masculina.

Apesar de todos os avanços nas últimas décadas, no Brasil, o papel da mulher ainda é relegado à sua condição de inferioridade em relação ao homem. Salários baixos, postos inferiores, desigualdade no tratamento, violência física e psicológica, desrespeito, são alguns dos problemas enfrentados pelas mulheres na atual conjuntura (Souza; Ramos, 2021).

2.2 A MULHER RURAL: TRAJETÓRIA DE LUTAS

A mulher em toda sua trajetória sempre teve seus direitos sonegados decorrentes da lógica patriarcal, tendo gerado várias formas de violências às mesmas, porém essas mulheres foram transformando esses fatores adversos em resistência e luta por seus direitos.

Federici (2017) diz que o debate acerca da construção do sujeito feminino, se inicia com questionamento do papel da mulher na sociedade capitalista. Enquanto que Lisboa e Branco (2021) acrescentam que a divisão do trabalho ligada às relações de gênero direciona a mulher ao trabalho reprodutivo (voltado ao seio familiar), e ao homem o trabalho produtivo (referente a força física, espaços de liderança), caracterizando a formação das relações nas comunidades rurais e urbanas. A atribuição das habilidades ligadas ao sexo não é definida pelo perfil da comunidade em questão, mas sim por valores socialmente repassados entre gerações, norteadores do funcionamento delas.

Lisboa e Branco (2021) assinalam ainda que no Brasil, a participação das mulheres nos espaços de decisão é escassa e quando exercida, é permeada de desafios e discriminação naturalizada por questões de gênero. No espaço agrário não é diferente, em alguns termos é mais visível, ou seja, uma mulher que se torna uma liderança precisa de reconhecimento e afirmação diante dos padrões colocados.

Os supracitados autores ainda comentam que essa desvantagem feminina em relação ao homem no rural é ainda pior, não unicamente o cerceamento dão acesso destas mulheres aos espaços econômicos e políticos. Não é recente a luta das mulheres por direitos políticos e sociais, e pela construção da sua identidade para além do trabalho reprodutivo (Lisboa; Branco, 2021).

Essas mulheres do campo são as que mais sofrem com a dominação masculina, pois, “as camponesas são as mais silenciosas das mulheres imersas na hierarquia de sociedades patriarcais, são poucas as que emergem do grupo, pois se fundem com a família, com os trabalhos e os dias de uma vida rural” (Perrot, 2012, p. 110). No mundo rural, a invisibilidade

da voz feminina se reflete em falhas de políticas públicas e as formas de violência como ameaças ao patrimônio e em casos mais graves, assassinatos (Lisboa; Branco, 2021).

No entanto, a mulher começou a buscar seus direitos, sair dessa condição de anonimato e buscar se apoderar daquilo que lhe é justo. As primeiras organizações de feminismo camponês popular no país estavam atreladas às organizações trabalhistas e religiosas. Estas entidades religiosas, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), ligadas à teologia da libertação foram fundamentais na construção da participação das mulheres nas lutas nesse contexto.

Lisboa e Branco (2021, p. 64) acrescentam que:

A partir das lutas contra a estrutura secular machista, o reconhecimento da mulher camponesa como classe trabalhadora, participação política e políticas públicas de assistência, os movimentos camponeses de luta pela terra passaram por transformações nos seus espaços de discussão e deliberação de pautas. A liderança feminina é importante para o exercício da pluralidade de vozes e demandas que atendam ambos os sexos, como organização trabalhista, acessam a políticas públicas e proteção das propriedades e vivência na sociedade. A participação da mulher nas lutas camponesas é o resultado da influência do feminismo e das lutas ligadas a ele, ao redor do mundo, e como este pensamento transformou o modus operandi das organizações camponesas, ou seja, um novo modo de agir, uma nova luta considerando a ótica feminina e sua relação com a comunidade. Gradualmente as mulheres foram ganhando espaço na sociedade e exigindo participação o poder político em diferentes esferas sociais.

No Brasil e mais especificamente na Amazônia, as mulheres que representavam as diversas entidades e comunidades, tiveram de quebrar a restrição que lhes eram impostas pela questão de gênero, mas foram firmes, debateram a situação em suas localidades e começaram a ter participação mais ativa e efetiva nas demandas. Assim a mulher rural começou a sair do anonimato e ir rumo a que lhe é de direito, o seu protagonismo no meio rural.

2.3 A SITUAÇÃO DA MULHER NO BRASIL: PRIMEIRAS CONQUISTAS

Com o fim da 2ª Guerra Mundial, finalmente, na Declaração Universal dos Direitos do Homem, a mulher tem assegurada seus direitos, sem distinção de sexo, na teoria igualando homens e mulheres.

Segundo Biceglia (2002, p. 21):

Todos esses acontecimentos tiveram como pano de fundo um movimento de luta das mulheres por seus direitos. O movimento social que surgiu em defesa dos direitos de igualdade entre homens e mulheres, para assegurar a liberdade em seu aspecto mais amplo, recebeu a denominação que hoje conhecemos por Feminismo, que renasceu

com força redobrada no período que prosseguiu após a Segunda Grande Guerra. No Brasil, ele teve papel fundamental nas principais conquistas, concernente à evolução da situação jurídica da mulher.

A supracitada autora declara que no ano de 1932, no Brasil, com o advento do Código Eleitoral, a mulher teve reconhecido o direito ao voto, aos vinte e um anos de idade. Porém, somente no ano de 1934, quando fora promulgada a nova Constituição, teve reduzida a idade para dezoito anos. Importante marco foi o advento da Lei n.º 4.121/62, denominada Estatuto da Mulher Casada, ocasionando significativas mudanças no diploma civil, garantindo a igualdade entre homens e mulheres, abolindo diversas normas discriminadoras da mulher. Quinze anos depois, precisamente em 26 de dezembro de 1.977, a Lei do Divórcio (Lei n.º 6.515/77), desempenha um papel onde estabelece a reciprocidade do casal, em um tratamento extremamente isonômico.

Com o surgimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.º 8.069 de 13 de julho de 1.990), consagra-se, finalmente, a igualdade de condições do pai e da mãe no exercício do pátrio poder, de tal forma que o sustento, guarda e educação dos filhos caberá a ambos. Finalmente, o novo Código Civil, a entrar em vigor em 11 de janeiro de 2.003, veio consolidar todas as alterações legais e construções doutrinárias e jurisprudências que disciplinavam a questão da luta contra a discriminação da mulher, pouco inovando (Biceglia, 2002, p. 24).

Mesmo ainda não sendo o ideal, são evidentes as transformações pelo qual a legislação brasileira passou ao longo do tempo, conferindo a mulher posição igualitária frente ao homem, que foi definitivamente consagrada com a promulgação da Constituição da República em 1988.

Infelizmente no Brasil por ser continental, multicultural e heterogêneo, muitos contrastes ainda são visíveis do homem querendo manter uma supremacia, muitas vezes impulsionadas por costumes e práticas locais, onde o machismo, o patriarcado se faz forte e assim os preceitos constitucionais não são observados e aplicados em sua totalidade, sendo essa situação muito presente no universo rural.

2.4 A MULHER RURAL NO BRASIL

A família formou-se a partir de um regime patriarcal, sob a influência da miscigenação de três culturas: indígena, europeia e africana desenvolvendo uma estrutural social em que a família funcionava como núcleo composto pelo chefe da família (patriarca), sua mulher, filhos e netos, seus representantes principais; e um segundo núcleo de membros considerados

secundários, formados por filhos ilegítimos (bastardos) ou de criação, parentes, afilhados, serviçais, amigos, agregados e escravos (Silva; Silva, 2013)

Nesse regime, o homem estava no comando, era o patriarca, portanto, o responsável por cuidar dos negócios e defender a honra da família, exercendo autoridade sobre toda a sua parentela e demais dependentes que estivessem sob sua influência (Ribeiro, 2013).

Conforme Muraro (1997) o patriarcado construiu a ideia de dominação masculina como um fato de origem “natural” e biológica. Assim, as mulheres brasileiras neste período eram educadas para servirem como objeto de “cama” e “mesa”, se casando às vezes muito jovem com homens bem mais velhos, no intuito de adquirir experiência para a felicidade matrimonial.

Nesse modelo patriarcal do mundo rural, onde a figura masculina assume o papel de maior importância, a mulher mesmo de forma invisível vem se destacando, pois assumiu o desafio de enfrentar o novo levando e colocando em prática os conhecimentos já absorvidos de outras gerações para assim contribuir no sucesso da sobrevivência familiar. Essas atividades em regra são aquelas desenvolvidas nos quintais e nos arredores da morada, cultivando espécies vegetais usadas na alimentação, na medicina caseira e usadas na proteção espiritual, aliado com a criação de pequenos animais (Lovatto *et al.*, 2010; Silva, 2002; Silva, 2010; Vinholi, 2011).

Apesar das múltiplas funções exercidas, a mulher no meio rural tem um papel agregador e social, tanto na família como na comunidade, pois ela é peça fundamental não só nas atividades do dia a dia, mas no estímulo a permanência da família com os vínculos rurais, incentivo à sucessão familiar, cuidado com os filhos, com a terra e com os animais.

Segundo Brumer (2004) na divisão do trabalho no contexto da agricultura familiar que se estabelece entre os sexos, ao homem cabe geralmente a exclusividade de desenvolver serviços que requerem maior força física, tais como lavrar, cortar lenha, fazer curvas de nível, derrubar árvores e fazer cerca. Também cabe ao homem o uso de maquinário agrícola mais sofisticado, tal como o trator.

Ainda segundo o supracitado autor, a mulher, de um modo geral, compete executar tanto as atividades mais rotineiras, ligadas à casa ou ao serviço agrícola, como as de caráter mais leve. Entre as tarefas em geral executadas pelas mulheres estão praticamente todas as atividades domésticas, o trato dos animais, principalmente os menores (galinhas, porcos e animais domésticos), a ordenha das vacas e o cuidado do quintal, que inclui a horta, o pomar e o jardim.

Kumar e Nair (2004) e Vieira (2006) apontam que as mulheres estão tendo cada vez mais participação importante e efetiva na implantação e manutenção dos chamados “quintais agroflorestais”, pois são geralmente elas que definem a sua composição, voltada principalmente para a subsistência, plantando e renovando os quintais de acordo como consumo familiar.

Dubois (1996) e Smith *et al.* (1998) apontam que as mulheres também elaboram e, conduzem a estrutura paisagística, selecionando espécies ornamentais e fazendo alterações de acordo com a época do ano e das plantas disponíveis. Outra participação efetiva da mulher é na criação de animais, que proporciona alimentação e renda extra, mas esta atividade é frequentemente dividida com os filhos e com o marido (Vieira, 2006).

Além disso, a mulher é peça fundamental na estruturação e condução da família, da comunidade, nas associações e assim colaborando de forma efetiva também na preservação do ambiente se fazendo entender que se pode ter resultados mais positivos se o entendimento da relação com o ambiente (ecossistemas) e seus recursos forem equilibrados.

Segundo Rosa (2006), além destas, a participação da mulher em organizações sociais tem se tornado mais efetiva e constante nas últimas décadas devido os movimentos sociais, o que tem impulsionado a mulher para o mercado de trabalho e para a participação em organizações comunitárias. A exemplo, Francez (2007) registrou que em Nova Timboteua-PA as mulheres encontram-se bastante organizadas formando a Associação de Mulheres Produtoras de Mel do Município de Nova Timboteua, a qual faz parte do Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense e Silva (2010) registrou no Distrito do Carvão, Mazagão, a Associação das Mulheres Agricultoras.

As mulheres são as agentes ambientais nessas comunidades, mesmo em sua invisibilidade aos olhos dos poderes constituídos (gestão em nível federal, estadual, municipal) e sociedade, tem participação no bem-estar social, econômico e ambiental dessas sociedades a que pertencem, pois conhecem a realidade, vivem com todas os elementos sociais, além da percepção empírica de gestão, de conservacionismo e, de proteção. Hardin (1968), ressalta que a mulher trata ambiente como um bem comum a todos os seres e que a preocupação constante com o seu equilíbrio e fundamental para a manutenção da vida.

A agricultura familiar se configura como a principal responsável pela segurança alimentar brasileira (Pizaia; Oliveira; Moura, 2015) e as mulheres são peças fundamentais no equilíbrio e funcionamento dessa cadeia produtiva. O empoderamento efetivo das mulheres rurais tem ajudado e continuará a ajudar a promover uma agricultura com menos impacto e sustentável.

Uma atenção especial deve ser dada as ações e saberes das comunidades de uma maneira geral, e em especial, as mulheres rurais e valorizar seu conhecimento tradicional, pois ele é a fonte primária para o desenvolvimento local sustentável (Silva, 2010), que segundo Amaral Filho (2002), pode ser entendido como um processo de crescimento econômico que implica em uma contínua ampliação da capacidade de geração e agregação de valor sobre a produção bem como da capacidade de absorção da região, na retenção do excedente econômico gerado na economia local e na atração de excedentes provenientes de outras regiões.

Esse processo tem como resultado a ampliação do emprego, do produto e da renda local/regional gerada por uma determinada atividade econômica. Esse processo em outras palavras é o desenvolvimento endógeno, que segundo Barquero (2001) é, uma estratégia para a ação.

As comunidades locais têm uma identidade própria, que as leva a tomarem iniciativas visando assegurar o seu desenvolvimento. Quando conseguem fortalecer sua capacidade organizacional, têm condições de evitar que empresas e organizações externas limitem suas potencialidades de atuação. E as mulheres com seus conhecimentos, grau de organização diferenciado, sensibilidade apurada e senso de justiça, são peças fundamentais nesse processo.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

A presente proposta de investigação tem como locus da pesquisa o Distrito do Carvão, no município de Mazagão, estado do Amapá, que tem sua história originada de ascendentes africanos, mais especificamente em Marrocos, quando Portugal em sua política de expansão estabeleceu-se naquele continente e criou a cidade de Mazagan, ou Mazagão Africana, que depois de ser desativada atravessou o Oceano Atlântico para ser recriada em solo amazônico, mais especificamente as margens do rio Mutuacá, no atual estado do Amapá, onde foi estabelecida a Mazagão Amazônica, atual Mazagão Velho no município de Mazagão (Araújo, 1998; Silva, 2010; Vidal, 2008).

3.2 O DISTRITO DO CARVÃO, MAZAGÃO, AMAPÁ

O Distrito do Carvão é um dos três distritos do município de Mazagão, que está situado geograficamente na região sul do estado do Amapá. Segundo Amapá (2000) o Distrito do Carvão dista 14 km da sede municipal (Mazagão Novo), localizado próximo do igarapé Mutuacá com 00o 07' 50'' de latitude, 51o 25' 04'' de longitude e altitude de 9,49 metros (Mapa 1).

Segundo estimativa populacional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o ano de 2021, o distrito contava com um total de 1.362 habitantes, sendo 724 (53,16%) na zona urbana e 638 (46,84%) na zona rural (Instituto Brasileiro de Geografia e estatística, 2021) (Tabela 1).

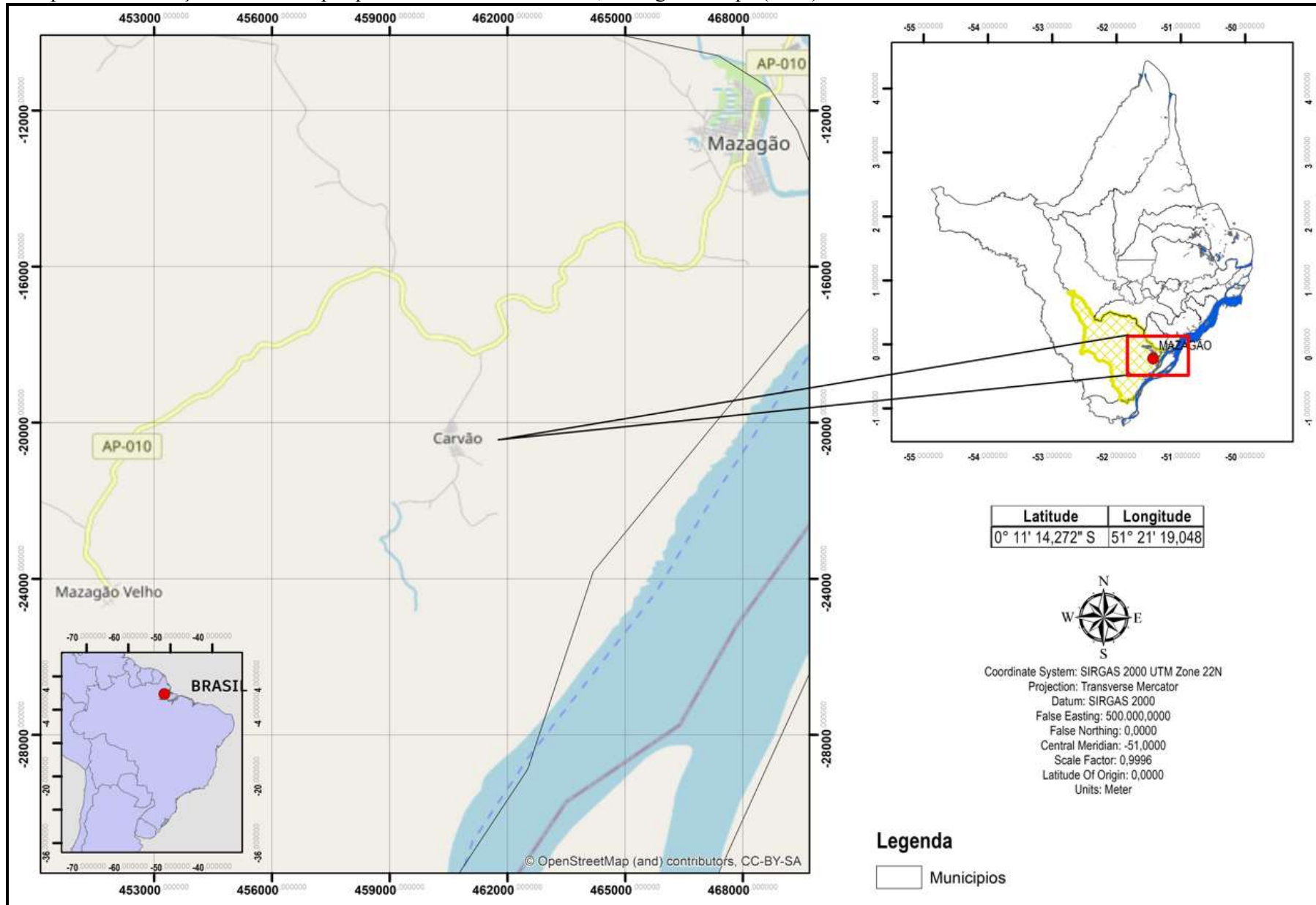
Tabela 1– Estimativa populacional do Distrito do Carvão para o ano de 2021

Local	Homens		Mulheres		Total	
	FA	%	FA	%	FA	%
Zona Urbana	378	51,36	346	55,27	724	53,16
Zona Rural	358	48,64	280	44,73	638	46,84
Total	736	100,00	626	100,00	1362	100,00

Fonte: IBGE (2021), elaborado pela Autora (2023).

- FA: Frequência Absoluta

Mapa 1 – Localização do locus da pesquisa – O Distrito do Carvão, Mazagão-Amapá (2021)



Fonte: Potyguara e Silva (2021).

O nome da localidade, segundo Rabelo *et al.* (2005) e ratificado por Silva (2010) vem um episódio ocorrido na década de 1970, onde uma determinada mulher chegou na área onde hoje é a zona urbana do Distrito do Carvão viu uma árvore caída e pegando fogo, e ficando assim até o consumo total, produzindo carvão. Depois dessa situação, quando se referia a localidade, ela era chamada como “do carvão”, e assim com o tempo passou a ser denominado o lugar.

O Distrito do Carvão pode ser acessado por via terrestre e por via fluvial. O acesso por via terrestre é realizado através da rodovia AP-110, partindo em um primeiro trecho, de Macapá até a cidade de Mazagão Novo, com percurso de 30,5 km, e num segundo trecho, de Mazagão Novo até o Distrito do Carvão, com percurso de 13 km. No primeiro trecho existe a passagem através de pontes por quatro rios da região: rio Matapi, Anauerapucú, Vila Nova e Furo do Mazagão. O acesso via fluvial é realizada via rios Amazonas e Mutuacá (Silva, 2010) (Fotografia 1).

Fotografia 1 – Portal de acesso ao Distrito do Carvão, Mazagão-AP (2023)



Fonte: Rosângela de Souza Pimentel e Silva (2023).

A comunidade do Carvão, assim como as circunvizinhanças, possui um enraizamento histórico camponês, com seu modo de vida e práticas culturais, e vive basicamente da agricultura de subsistência extensiva e utilizando-se de técnicas primitivas e rudimentares, limitando o cultivo a pequenas áreas. Para a limpeza do terreno é feita a derrubada e posterior queimada e o preparo do solo com enxadas, o que acarreta o mau aproveitamento dos recursos do solo, e esgotando-o em pouco tempo (Rabelo *et al.*, 2005).

Com relação ao atendimento a saúde, segundo Rabelo *et al.* (2005) e Silva (2010), apesar de a localidade possuir uma Unidade Básica de Saúde (Fotografia 2), os moradores usam bastante os recursos da fauna e da flora para a preparação de medicação caseira, além de rezas e benzeduras, na prevenção e/ou cura de diversos males que afligem os comunitários. Também tem destaque a participação das parteiras tradicionais, que continuam a serem as principais agentes dessa prática de atendimento.

A população do distrito tem no setor educacional o atendimento através da Creche Tia Chica, ensino infantil e fundamental (Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Professor Pedro Correia de Souza), ensino fundamental e médio (Escola Estadual Fagundes Varela) e ensino médio (Escola Família Agroextrativista do Carvão) (Fotografia 3a, b, c, d).

Com relação à escolaridade dos produtores responsáveis pelas famílias é baixa e pode se constituir em um elemento restritivo ao desenvolvimento humano pela reduzida capacidade de assimilação de novos fatores necessários à dinâmica social e produtiva (Rabelo *et al.*, 2005).

Fotografia 2 – Unidade Básica de Saúde Dr. Silas Salgado, Distrito do Carvão, Mazagão-AP (2023)



Fonte: Rosângela de Souza Pimentel e Silva (2023).

Fotografia 3 – a) Creche Tia Chica; b) Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental professor Pedro Correia de Souza; c) Escola estadual Fagundes Varela; d) Escola Família Agroextrativista do Carvão, Distrito do Carvão, Mazagão-AP (2023)



Fonte: a, b, c: Rosângela de Souza Pimentel e Silva (2023) / d: Luciéte Pantoja Marques (2023).

O extrativismo animal e vegetal representa um papel importante no regime alimentar da comunidade, bem como fonte alternativa de renda, mas a atividade agrícola ainda é forte elemento também de produção de alimentos e, quando produz excedente, é comercializado para o incremento da renda (Silva, 2010).

Na zona urbana os moradores mantêm em suas propriedades os chamados quintais agroflorestais, que possuem alta diversidade de espécies vegetais junto a criação de pequenos animais e sendo as mulheres as principais mantenedoras desse sistema produtivo (Silva, 2010).

3.3 TIPOLOGIA DA PESQUISA

Quanto a finalidade é uma pesquisa com abordagem quali-quantitativa (método misto), e, quanto aos objetivos é classificada como descritiva, que como aponta Gil (2008) é aquela que busca descrever fenômenos em detalhes, permitindo abranger com exatidão as características de uma situação, de um indivíduo ou de um grupo, bem como desvendar relações entre eventos distintos. Quanto à sua natureza é classificada como pesquisa qualitativa documental, bibliográfica e de levantamento (Babbie, 2003).

Trata-se de uma pesquisa que envolveu levantamento de informações primárias, análise e quantificação de dados, com interrogação direta através de entrevista a um grupo específico, que foram as mulheres residentes na zona urbana Distrito do Carvão, Mazagão, a fim de estudar aspectos variados que sejam objeto da pesquisa (quem é essa mulher?) (Gerring, 2019; Yin, 2015).

O método visa obter informações para interpretar e buscar entender fenômenos individuais, grupais, organizacionais, sociais, políticos e relacionados, permitindo que se foque no objeto de estudo e retenha uma perspectiva holística, partindo do local e, posteriormente aumentando a escala para entender outros processos subjacentes (Yin, 2015).

3.4 COLETA DOS DADOS

A Coleta de dados ocorreu em duas etapas: a) a coleta de dados secundários e a coleta de dados primários.

3.4.1 Coleta de dados secundários: Levantamento bibliográfico e documental

Primeiramente foi realizado uma pesquisa bibliográfica e documental: objetivando um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados do tema em questão, revestidos de importância para a pesquisa atual, dando suporte a base do estudo proposto.

3.4.2 Coleta de dados primários

Para o levantamento de dados primários, os procedimentos metodológicos adotados sobre o local estudado e assim possibilitar estudar as características do grupo escolhido (as mulheres) e os fenômenos ocorrentes e suas inter-relações, foi segundo Minayo (1994), Gil (1999), Chizzotti (2005) e Silva (2010) a técnica da observação, entrevistas informais e entrevistas semi-estruturada com formulários previamente elaborados, que além fornecer informações a respeito de origem, trabalho, saúde, educação, renda, alimentação, composição familiar, transporte, moradia, entre outros, da população estudada.

Essas características permitiram o aprofundamento no conhecimento do processo de reprodução econômica e de organização social, e criou uma situação de diálogo entre o polo pesquisado e o polo pesquisador, que é um pré-requisito essencial para se aproximar da

complexa inter-relação entre estrutura socioeconômica e as formas empíricas da consciência social.

3.4.2.1 Seleção dos participantes da pesquisa

Para a coleta de dados primários, o procedimento usado foi a técnica do levantamento, pois segundo Babbie (2003), Bell (2008), Bracarense (2018) e Gil (2008) apontam que o levantamento tem como objetivo obter informações sobre uma parcela representativa da população e, a partir dessa amostra, conseguir apresentar as conclusões como representativas da população como um todo.

Mas, segundo os supracitados autores, é preciso tomar cuidado para garantir que a população da amostra seja realmente representativa, por isso se deve considerar que as características da população total precisam estar representadas em sua amostra para permitir aferir com confiança que sua amostra é razoavelmente representativa.

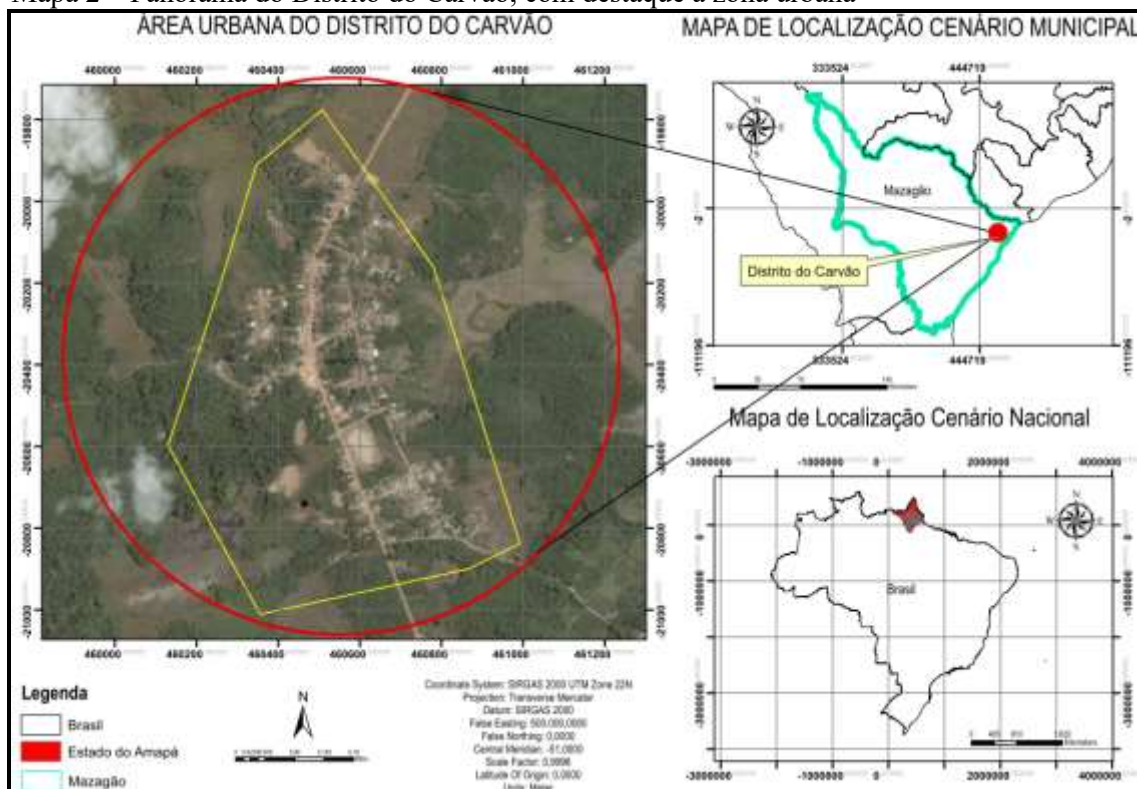
Uma das características dos levantamentos, é que as perguntas serão as mesmas a todos os entrevistados, e, na medida do possível, nas mesmas circunstâncias. As respostas podem ser obtidas através de questionários preenchidos pelo próprio entrevistado ou por meio de entrevista. Mas independente do método de coleta das informações, o objetivo é obter respostas de um grande número de indivíduos para as mesmas perguntas, permitindo ao pesquisador não apenas descrever, mas também comparar, relacionar uma característica com outra e demonstrar que existem algumas características em algumas categorias.

Gil (2008, p. 55) completa que “a pesquisa de levantamento, também denominada de survey, é uma técnica de investigação que utiliza a “interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer”. Surveys são frequentemente realizados para permitir enunciados descritivos sobre alguma população e tem como características ser geral e determinista, se baseia nas relações de causa e efeito, mede associações e variações, desenvolvem proposições gerais do comportamento humano e identificam características de subgrupos, como idade, escolaridade, entre outros (Babbie, 2003).

No levantamento, o pesquisador não coleta os dados de todos os integrantes da população investigada. É selecionado uma amostra significativa, de acordo com procedimentos estatísticos. Assim, as análises e interpretações feitas a partir dos dados da amostra são projetados na totalidade do universo, sem desprezar a margem de erro (Babbie, 2003; Bell, 2008; Bracarense, 2018; Gil, 2008).

Dessa forma, para a segunda etapa relacionada a coleta de dados primários, o “Universo da Pesquisa” foram as mulheres residentes na zona urbana do Distrito de Carvão (Mapa 2) e a “população-alvo” foi aquela que se encontrava envolvida no local (residências) de forma direta, e os elementos foram especificamente as mulheres com idade igual ou maior que 18 anos e que de forma voluntária aceitaram participar da pesquisa.

Mapa 2 – Panorama do Distrito do Carvão, com destaque a zona urbana



Fonte: Potyguara e Silva (2023)

Para a amostra ser representativa e poder assim refletir a realidade do universo, foi realizado o cálculo do tamanho da amostra levando em consideração o preconizado por Barbeta (2012), Bracarense (2018) e Medeiros (2007) e o uso do aplicativo “SurveyMonkey”.

Para o procedimento foi levado em consideração a estimativa populacional do IBGE para o ano de 2021 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2021), para o Distrito do Carvão, onde foi registrado uma população de 1.362 habitantes, sendo 638 (46,84%) na zona rural e 724 (53,16%) na zona urbana, sendo 378 homens e 346 mulheres.

Devido a população-alvo serem as mulheres da zona urbana do distrito e com idade de 18 anos ou mais, e levando em conta que segundo o IBGE (2023), na contagem populacional do município de Mazagão no Censo 2022, foi registrado uma população de 21.924 pessoas,

sendo que destas, 7.628 era mulheres com idade abaixo de 18 anos, dando um percentual de 34,80%, e esse valor foi usado para calcular o número de mulheres na zona urbana do Distrito do Carvão com a idade de 18 anos ou mais para serem o alvo da investigação. O universo dessa forma foi calculado em 226 mulheres aptas a participarem da pesquisa, obedecendo o critério de inclusão de fator sexo e idade.

O cálculo do tamanho mínimo da amostra com nível de confiança de 90% e que os erros amostrais não ultrapassassem 10%, foi estabelecido em 53 pessoas a serem entrevistadas na zona urbana do Distrito do Carvão, como pode ser observado no Print 1.

Print 1 – Imagem da tela do computador da página do programa SurveyMonkey usado para fazer o cálculo do tamanho da amostra das entrevistadas do Distrito do Carvão, Mazagão-AP (2023)



The image shows a screenshot of the SurveyMonkey website's sample size calculator. The page title is "Calcule o tamanho da sua amostra". There are three input fields: "Tamanho da população" with the value "226", "Grau de confiança (%)" with a dropdown menu set to "90", and "Margem de erro (%)" with the value "10". Below these fields, the result "Tamanho da amostra" is displayed in a large green font as "53". The SurveyMonkey logo and navigation menu are visible at the top of the page.

Fonte: SurveyMonkey (2023).

Deste modo, foram entrevistadas mulheres residentes na zona urbana do Distrito do Carvão de forma voluntária, sendo esse processo realizado através de amostragem aleatória simples, pois como pontua Minayo (1994) será utilizada amostragem representativa que possibilita a atingir a confiabilidade e significância estatística dos dados coletados.

3.4.2.2 Entrevistas e observação simples

Especificamente nesse trabalho foi usado para a coleta de dados as entrevistas semiestruturadas, as entrevistas informais e observação simples. Para a coleta de dados primários a técnica escolhida foi da entrevista, visto que como aponta Minayo (2000) é a técnica mais usada no processo de trabalho de campo onde envolve a pesquisa qualitativa e é uma das formas mais básicas de obtenção de dados.

Gil (1999) define a entrevista como a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formulam perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação. A entrevista é, portanto, uma forma de interação social.

A entrevista semiestruturada, também conhecida como semi-diretiva, tem um roteiro previamente construído a partir de uma listagem básica de assuntos e temas que deverão ser explorados (Scorsolini-Comin, 2020) e o entrevistador possui um papel mais ativo, uma vez que ele tem a liberdade de alterar a ordem, adicionar perguntas, esclarecer ou reformular questões, caso julgue necessário (Batista; Matos, Nascimento, 2017; Colognese; Melo, 1998; Minayo, 2010).

Batista, Matos e Nascimento (2017) e Minayo (2010) apontam que em relação ao entrevistado, ele também possui mais liberdade de discorrer e se posicionar sobre o tema sem se prender a pergunta formulada.

Para a realização das entrevistas semiestruturadas para a coleta de dados das mulheres foi utilizado formulário pré-elaborado e testado contendo perguntas abertas e fechadas (Apêndice A), feitas de forma oral e individual com as mulheres que responderam da mesma forma, e, sendo essas entrevistas realizadas no ambiente da entrevistada ou aquele escolhido por ela (Silva, 2010).

As entrevistas informais não têm uma estruturação rígida, e dessa forma discorreu de maneira aberta e bem casual, mas com o pesquisador tendo em mente um roteiro do que quer questionar, além de um diário de campo para as anotações (Silva, 2010). Bernard (1988) esclarece que é um método muito utilizado e útil nos primeiros momentos da pesquisa e conhecimento da população alvo, assim como após as entrevistas para detectar fatos novos que possam surgir.

A observação é uma técnica que utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se deseja estudar. A observação se realiza através do contato direto do pesquisador com o fenômeno observado para obter informações sobre a realidade dos atores sociais em seus próprios contextos (Minayo, 1994, 2008).

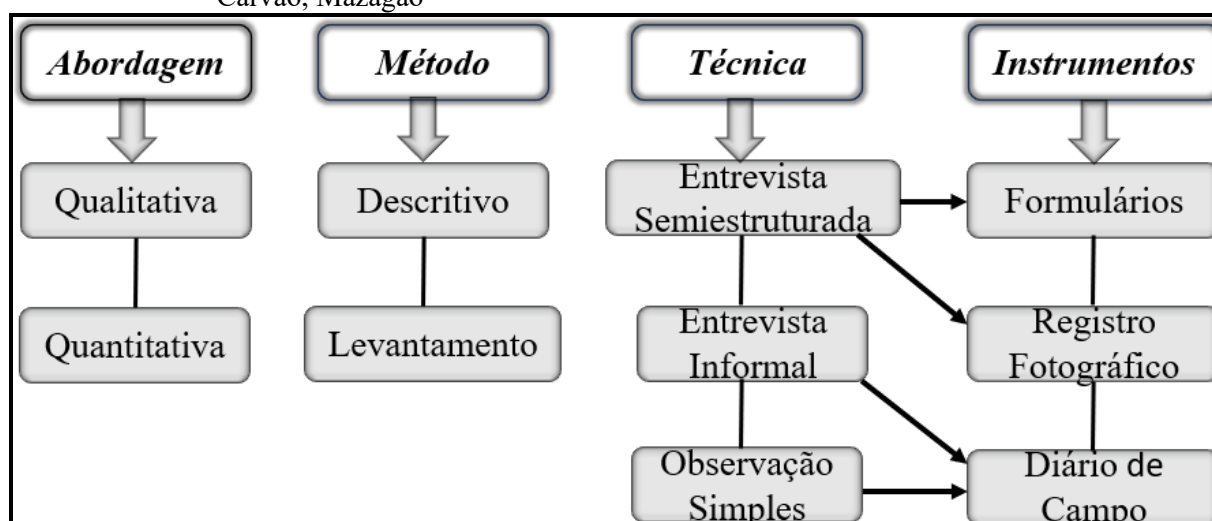
A observação, segundo Minayo (1994, 2008) pode ser considerada parte essencial do trabalho de campo na pesquisa qualitativa. Sua importância é de tal ordem que alguns estudiosos a tomam não apenas como uma estratégia no conjunto da investigação, mas como um método em si mesmo. Essa técnica é de fundamental importância para comprovação de dados, para o complemento de outros obtidos durante as entrevistas formais e muito mais ainda, para obter dados ainda não citados durante elas (Silva, 2010).

Concomitantemente as técnicas descritas utilizadas, foi usado um caderno de campo para anotações de observações realizadas e que foram relevantes a linha temática da pesquisa, assim como, com a devida autorização das entrevistadas. E para complemento do estudo das características da população pesquisada, utilizou-se além da observação e entrevistas, dados secundários levantados pelo IBGE e Prefeitura Municipal de Mazagão (PMM).

3.4.3 Descrição resumida dos procedimentos de coleta de dados

No Fluxograma 1 é descrito de forma resumida e macro os procedimentos de coleta dos dados adotados na investigação.

Fluxograma 1 – Detalhamento dos procedimentos a serem realizados na coleta de dados no Distrito do Carvão, Mazagão



Fonte: Adaptado de Oliveira (2019).

3.4.4 Análise dos dados

Os dados coletados e registrados nas cadernetas de campo e nos formulários foram organizados e sistematizados em fichas por mulher entrevistada. Da mesma maneira se procedeu com o material registrado em MP4, após a transcrição das mesmas. Após, os dados foram tabulados e sintetizados através do programa Microsoft Office Excel 2019 para a formação de um banco de dados.

Os dados referentes aos informantes foram organizados em tabelas onde consta: nome, sexo, idade, identificação étnico-racial, profissão, escolaridade, local de nascimento (cidade e estado), número de filhos, estado civil, condição na unidade domiciliar, documentos que possui e há quanto tempo mora no local.

Com relação às características econômicas das entrevistadas, os itens abordados foram organizados em tabelas e gráficos. O cruzamento das variáveis serviu como instrumento valioso para análise, bem como as informações adicionais colhidas, através das observações feitas, pelo pesquisador e registradas em relatórios de campo.

Para a análise dos resultados, foi utilizado o Estudo Espaço-temporal proposto por Borges (2008), que é um recurso estatístico que analisa os fenômenos estudados a partir do estudo temporal, verificando a existência de tendências, sazonalidades e padrões do fenômeno estudado, descrevendo e visualizando as distribuições espaciais e eventuais fenômenos atípicos.

A análise foi realizada segundo Bardin (2016), com uma sequência de quatro fases: (I) pré-análise, em que o material foi organizado por meio de leitura flutuante; (II) elaboração de indicadores para a interpretação; (III) codificação dos dados a partir das coesões dos fatos; (IV) categorização, que consiste na ordenação em classes segundo os padrões de respostas por meio de comparações.

3.4.5 Aspectos éticos da pesquisa

Pesquisas que envolvem seres humanos devem ser avaliadas e aprovadas com a emissão do Parecer Consubstanciado do Projeto de Pesquisa pelo Comitê de Ética por meio da Plataforma Brasil. O que legitima esse processo são as Resoluções nº 466/2012 e nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS). Dessa forma, após a qualificação do projeto, ele foi submetido para apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos para obtenção do Parecer Consubstanciado e assim adotar todos os procedimentos em conformidade com as resoluções supracitadas, ou seja, com assinatura de termo de consentimento livre e esclarecido para participação da pesquisa de forma voluntária (Brasil, 2012, 2016).

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), deverá ter a relevância social, pessoal, científica, acadêmica e profissional, objetivos da pesquisa, ponderação entre riscos e benefícios, garantia de que danos previsíveis que serão evitados para resguardar o participante do estudo e do pesquisador (Brasil, 2012, 2016).

Em relação aos riscos existentes, são a exposição dos dados dos participantes, no entanto medidas foram tomadas para salvaguardar essas informações, como criptografia dos dados, uso de pseudônimos e resultados colhidos nas entrevistas serão observados apenas pelos pesquisadores, sendo mantido em local seguro. E os benefícios são a sistematização das

informações para produção de conhecimento científico que pode auxiliar na formulação de políticas públicas.

Após a apreciação pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPESH) da Universidade Federal do Amapá o projeto foi aprovado e emitido o Parecer Consubstanciado N° 6.178.670 (Anexo A).

Em cada unidade domiciliar a entrevistada foi informada do objetivo da pesquisa, sendo convidado a participar de forma livre e voluntária. Foi realizada a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice B) e informando endereço, telefones de contato do pesquisador, bem como os riscos e benefícios oriundos da pesquisa. Todos os participantes assinaram o TCLE e receberam uma via visando a transparência das informações prestados pelos entrevistadores.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram realizadas 53 entrevistas nas unidades domiciliares no período de julho a agosto de 2023, conforme agendado por elas para melhor conforto e tranquilidade para sua execução. No Apêndice C estão alguns momentos registrados das entrevistas realizadas no Distrito do Carvão.

4.1 CARACTERÍSTICAS DAS ENTREVISTADAS NO DISTRITO DO CARVÃO

Nessa seção é descrito as características gerais das mulheres entrevistadas no Distrito do Carvão, Mazagão, a saber: idade, escolaridade, condição destas no domicílio onde residem, identificação étnico-racial, nupcialidade e fecundidade, ocupação profissional, jornada de trabalho, rendimento e casos de violência doméstica.

4.1.1 Idade e escolaridade das entrevistadas

O objetivo dessa seção é caracterizar a escolarização das mulheres do Distrito do Carvão, investigando analfabetismo e nível de instrução, que conjuntamente a outras variáveis, podem orientar políticas públicas para a localidade.

A faixa etária das entrevistadas teve um intervalo de 19 a 76 anos, sendo a média de 40,98 anos. A faixa etária mais frequente foi de 41-50 anos (32,08%), vindo em seguida aquelas entre 31-40 anos (30,19%). A faixa etária mais jovem foi de 18-20 anos (3,77%) e a mais idosa foi de 71-80 anos (1,89%).

Quanto ao nível de escolaridade das entrevistadas, segundo Freitas (2008) e Silva (2010) é importante procurar saber pois são indicadores fundamentais para a compreensão na tomada de decisões cruciais sobre pessoas e por ser esta variável, um fator de mudança social, econômica, assim como na busca de possíveis financiamentos e na aquisição de informações sobre novas tecnologias e no seu repasse.

Da amostra estudada, o espectro vai de pessoas que nunca estudaram, ou seja, que não foram escolarizadas de maneira formal (1,89%) até pessoas com o ensino superior completo (33,96%). A pessoa não alfabetizada é preta, tem 69 anos e é aposentada (Tabela 2).

Tabela 2 - Faixa etária e escolaridade das entrevistadas - Distrito do Carvão, Mazagão, Amapá (2023)

Escolaridade	18 - 20		21 - 30		31 - 40		41 - 50		51 - 60		61 - 70		71 - 80		Total	
	FA	FR-%	FA	FR-%	FA	FR-%	FA	FR-%	FA	FR-%	FA	FR-%	FA	FR-%	FA	FR-%
Não escolarizado	-	-	-	-	-	0,00	-	-	-	-	1	1,89	-	-	1	1,89
Ensino Fundamental incompleto	-	-	1	1,89	1	1,89	3	5,66	2	3,77	1	1,89	1	1,89	9	16,98
Ensino Médio incompleto	-	-	-	0,00	3	5,66	2	3,77	1	1,89	-	-	-	-	6	11,32
Ensino Médio completo	1	1,89	4	7,55	3	5,66	5	9,43	1	1,89	1	1,89	-	-	15	28,30
Ensino Superior incompleto	1	1,89	1	1,89	1	1,89	1	1,89	-	-	-	-	-	-	4	7,55
Ensino Superior completo	-	-	2	3,77	9	16,98	6	11,32	1	1,89	-	-	-	-	18	33,96
Total	2	3,77	8	15,09	17	32,08	17	32,08	5	9,43	3	5,66	1	1,89	53	100,00

Fonte: Elaborado pela Autora a partir de dados da Pesquisa de Campo (2023).

* FA: Frequência Absoluta

* FR: Frequência Relativa - %

Juntando os níveis das pessoas não escolarizadas mais aquelas que possuem somente o ensino fundamental incompleto tem-se um total de 18,87% e essas mulheres estão com faixa etária de 28 a 76 anos, sendo que majoritariamente (80%) estão acima de 46 anos (46, 48, 49, 55, 56, 65, 69 e 76 anos) e declararam como justificativa as várias ocupações durante a vida que as impossibilitaram de se dedicarem ao estudo, visto que para ajudar a família, tiveram de ajudar em atividades produtivas, como no roçado, cuidadoras de crianças e idosos e até mesmo atuando como empregadas domésticas.

Esse grupo é composto de donas de casa (40,00%), aposentadas (20,00%) e aquelas que atuam no serviço de auxiliar de limpeza, costura, venda de roupas e até servidora pública (cada uma com 10%) e destas, 70,00% têm rendimento de até 1 salário-mínimo (SM), vindo em seguida aquelas com renda de 1 a 2 SM (20,00%) e de 3 a 4 SM (10,00%).

Das entrevistadas, 11,32% estão cursando o ensino médio e confirmaram o interesse de concluir, pois desejam em seguida cursar o ensino superior no próprio município, no Campus da Universidade Federal do Amapá, localizado na sede municipal. Em contrapartida, 28,30% das entrevistadas já concluíram o ensino médio e estão aguardando o processo seletivo (vestibular e Enem) para tentarem uma vaga no ensino superior público, ou seja, na UNIFAP, Universidade do Estado do Amapá (UEAP) ou no Instituto Federal do Amapá (IFAP), pois existe a falta de recursos financeiros para custeio de um curso superior em instituição privada.

Destas pleiteantes ao ensino superior, a faixa etária tem o intervalo de 20 a 63 anos, sendo a faixa mais frequente de 41-50 anos. Mas já cursando o ensino superior encontra-se 7,55% das entrevistadas, todas matriculadas na Universidade Federal do Amapá, Campus Mazagão.

Um registro importante foi que 33,96% (N= 18) das entrevistadas já possuem o nível superior completo, sendo a mais nova com 27 anos, é parda e atua como técnica de enfermagem, e a com mais idade tem 59 anos, é branca e atua profissionalmente como professora na localidade. Destas 18 mulheres, 5 (27,78%) já tem curso de pós-graduação em nível de especialização e todas afirmaram que ainda “sonham” em cursar o mestrado (Tabela 3).

É importante frisar, que, ao contrário do que ocorreu no passado da história das mulheres no Brasil, e em particular na zona rural, quando o acesso ao ensino superior lhes era negado ou dificultado, hoje, elas são a maioria desse segmento de ensino no Brasil, e uma realidade no Distrito do Carvão.

Leite *et al.* (2017) ressaltam que o nível de escolaridade representa um fator de proteção social que quanto mais elevado, melhor propicia a qualificação e melhores oportunidades de inserção no mercado, exercendo, portanto, influencia nas condições econômicas e de vida da população rural

Tabela 3 – Faixa etária das entrevistadas com ensino superior completo (2023)

Faixa etária	Frequência	
	Absoluta	Idade
21- 30 anos	2	27, 28
31 – 40 anos	9	32, 33 (2), 34, 35, 37, 38, 40 (2)
41 – 50 anos	6	42, 43, 44, 45, 46, 47
51 - 60 anos	1	59
Total	18 = 33,96%	

Fonte: Elaborado pela Autora a partir de dados da pesquisa de campo (2023).

Na Tabela 4 está a listagem das atividades profissionais exercidas pelas entrevistadas com nível superior completo.

Tabela 4 – Atividades profissionais exercidas pelas entrevistadas com nível superior completo (2023)

Atividade Profissional	Frequência	
	Absoluta	Relativa - %
Professora	9	50,00
Dona de casa	2	11,11
Agente administrativo - Diretora da UBS	1	5,56
Agente Distrital	1	5,56
Auxiliar educacional	1	5,56
Diretora do IMMAM	1	5,56
Pedagoga	1	5,56
Secretária escolar	1	5,56
Técnica de enfermagem	1	5,56
Total	18	100,00

Fonte: Elaborado pela Autora a partir de dados da pesquisa de campo (2023).

Os níveis de escolaridade de ensino médio completo, nível superior em curso e nível superior completo somados perfazem 69,81% do total das entrevistadas (N=53), apontando claramente o avanço da escolarização das mulheres no Distrito do Carvão (Tabela 5).

Tabela 5 – Somatório dos níveis de escolarização de ensino médio completo, ensino superior em curso e completo

Escolarização	FA	FR - %
Ensino Médio Completo	15	28,30
Ensino Superior Incompleto (em curso)	4	7,55
Ensino Superior Completo	18	33,96
Total	37	69,81

Fonte: Elaborado pela Autora a partir de dados da pesquisa de campo (2023).

* FA: Frequência Absoluta / FR: Frequência Relativa - %

Quirino, Garagorry e Sousa (2002) apontam que o nível de escolaridade na zona rural e para trabalhadores rurais na região Norte é uma das mais baixas no Brasil, sendo o ensino fundamental o mais expoente nesse sentido com 65,10% das pessoas. Nesse sentido, Rabelo *et al.* (2005) declaram que a falta de instrução formal e adequada pode se constituir em um elemento restritivo ao desenvolvimento humano pela reduzida capacidade de assimilação de novos fatores necessários à dinâmica social e produtiva.

Conforme Schneider *et al.* (2020) mesmo ainda no meio rural prevalecendo algumas concepções relacionados ao trabalho reprodutivo da mulher, é possível verificar algumas transformações na reorganização das atividades em relação ao gênero, e isso se deve pelo direito ao trabalho remunerado e o acesso ao estudo adquirido pelas mulheres.

4.1.2 Condição das entrevistadas na unidade domiciliar

Na Tabela 6 é apresentada a condição que as entrevistadas tinham no domicílio no período da pesquisa de campo, onde das 53 entrevistadas, 64,15% são chefes de família¹, ou seja, a pessoa de referência no núcleo familiar, 33,96% foram os cônjuges² e 1,89% são filho³. Nesse aspecto da fidedignidade das informações, 98,11% das informações foram prestadas

¹ Segundo o IBGE (1998) é a pessoa responsável economicamente pela unidade domiciliar ou que assim for considerado pelos demais moradores, independente de sexo.

² Segundo o IBGE (1998) é a pessoa que vive conjugalmente com a pessoa de referência na unidade domiciliar, ou seja, o chefe de família, existindo ou não o vínculo matrimonial.

³ Segundo o IBGE (1998) é a pessoa que é filho (a), enteado (a) ou filho (a) adotiva do chefe de família.

pelas pessoas diretamente responsáveis pela família, abrangendo nesses casos os chefes e seus cônjuges.

Tabela 6 – Condição das entrevistadas na unidade domiciliar no Distrito do Carvão, Mazagão (2023)

Condição da Entrevistada no Domicílio	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Chefe	34	64,15
Cônjuge	18	33,96
Filha	1	1,89
Total	53	100

Fonte: Elaborado pela Autora a partir de dados da pesquisa de campo (2023).

Fato interessante, que mesmo as mulheres sendo a maioria como chefes de seus domicílios, não fazem a imposição de poder, não hierarquizam, mas agem de forma associativa com cônjuges, filhos e até com outras pessoas que residam na mesma unidade domiciliar. Todos parecem trabalhar pelo bem comum, seja a atividade remunerada ou colaborativa, ocorre no ambiente doméstico para evitar gastos.

Pelo posto, é possível afirmar, segundo Boudon e Bourricaud (2007), de que a coordenação e relação existente nas famílias das entrevistadas não é hierárquica em que A obedece a B, mas sim, associativa, em que o poder flui na associação AB, sem características impositivas.

Erazo, Costa e Silva (2020) encontraram na Comunidade Lago Janauacá, Careiro Castanho, estado do Amazonas, 40,8% das mulheres como chefes de família, o que segundo eles, necessita refletir sobre a participação destas no trabalho e no auxílio à manutenção de suas famílias, o que é fato no Distrito do Carvão.

Rossini (2006) destaca que de forma crescente, a mulher tem assumido a chefia da casa, vinculando-se a atividades fora do lar, deixando as tarefas domésticas como secundárias.

Para Costa (2009) as mulheres apresentam tendência maior para buscar os estudos e a qualificação profissional e, deste modo, abandonam o meio rural ou mesmo assumem a chefia da família, por serem mais bem remuneradas, em função da sua melhor capacitação profissional.

4.1.3 Identificação étnico-racial das entrevistadas

Segundo o IBGE (2022),

“Cor ou raça” é uma percepção que o informante tem sobre si mesmo (autoidentificação) e sobre os outros moradores (ausentes). O quesito é denominado “cor ou raça” e não apenas “cor” ou apenas “raça”, pois há vários critérios que podem ser usados pelo informante para a classificação, tais como: origem familiar, cor da pele, traços físicos, etnia, entre outros, e porque as 5 (cinco) categorias disponíveis (Branca, Preta, Amarela, Parda e Indígena) podem ser entendidas pelo informante de forma variável.

IBGE (2022, p. 42), ainda completa que “Raça” é uma categoria socialmente construída na interação social e não um conceito biológico”, onde a Amarela é pessoa de origem oriental: japonesa, chinesa, coreana, entre outros. A Parda é a pessoa que se identifique com mistura de duas ou mais opções de cor ou raça, incluindo branca, preta, parda e indígena.

Dessa forma, essa seção visa conhecer a composição étnico-racial por cor ou raça e pertencimento étnico e assim retratar a diversidade étnico-racial, que tem como princípio o respeito à declaração do informante sobre a sua identificação étnico-racial e a dos demais moradores do domicílio, ou seja, essa seção é para descrever a identificação étnico-racial das entrevistadas, visto que o Distrito de Carvão teve origem de pessoas migrantes de Mazagão Velho, após a abolição da escravatura que para o local migraram, mas hoje o Distrito conta com uma grande miscigenação em sua população (Silva, 2010).

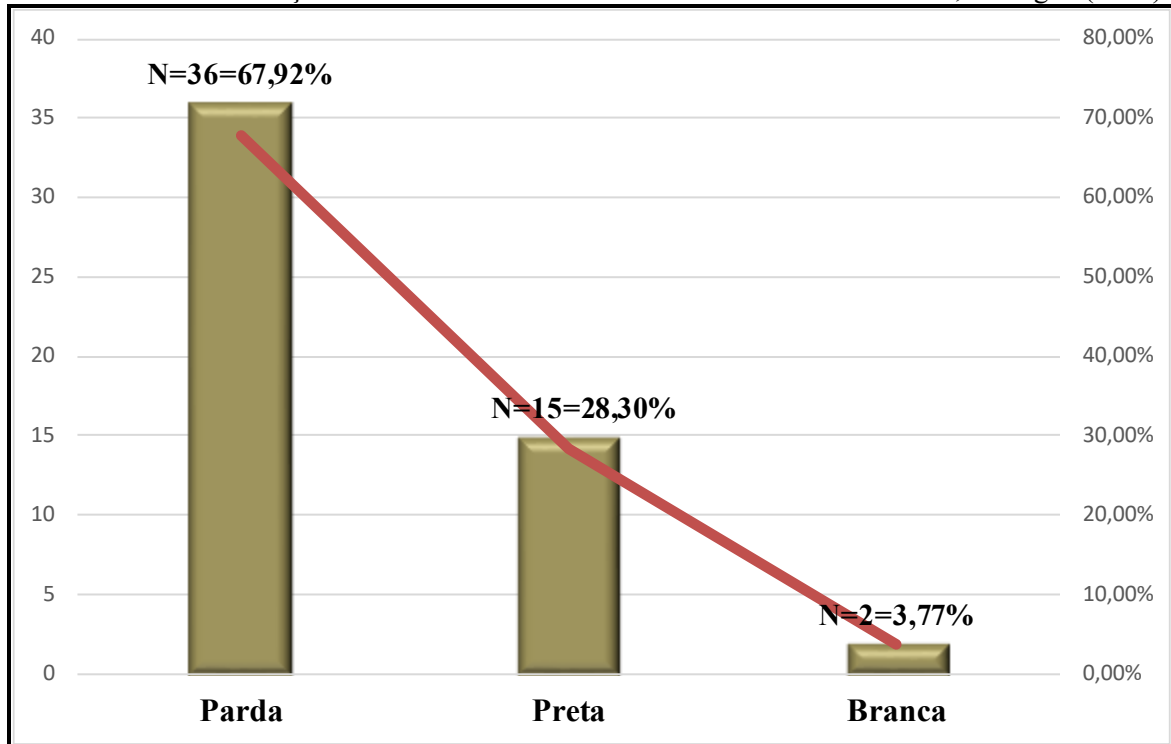
Oliveira (2019) refere que esse contexto histórico e a narrativa de ancestralidade africana foram elementos usados pela comunidade para construção de sua identidade tendo como diferenciador a cultura negra, uma forma singular de mostrar a resistência cultural.

No Gráfico 1 é apresentado a autoafirmação segundo cor e raça de acordo com as categorias utilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2013, 2022). Das 53 entrevistadas, 67,92% se declararam pardas, seguidas pelas que se declararam pretas (28,30%) e brancas (3,77%). Não teve nenhuma autodeclaração de cor amarela/oriental ou indígena.

As autodeclaradas pardas foram mais do dobro das declaradas pretas, e, nesse sentido é importante frisar a questão da miscigenação que vem ocorrendo na comunidade do Carvão, onde as entrevistadas relatam que pessoas nascidas nos últimos anos tendem a apresentar cor mais clara com relação à população nativa da comunidade. Esses dados corroboram com o que Oliveira (2019) encontrou dados similares no Distrito de Mazagão Velho, 64,49% das pessoas se declarando pardos.

Silva e Leão (2012) mencionam também que a identificação como negro é um processo de conscientização, e se identificar como pardo é vista como um fator subjetivo, pois foi essa categoria utilizada durante a vida em situações rotineiras.

Gráfico 1 – Autodeclaração étnico-racial das entrevistadas no Distrito do Carvão, Mazagão (2023)



Fonte: Elaborado pela Autora a partir de dados da pesquisa de campo (2023).

A declaração da cor parda também reflete o que é apontado pelas supracitadas autoras onde se trata mais de uma estratégia para conviver em “pé de igualdade” com algumas pessoas de cor diferente da sua e assim evitar ser alvo de preconceito e discriminação racial, portanto, se posicionam e se acomodam nessa classificação, fato esse registrado na fala de várias entrevistadas.

De acordo com Silva e Leão (2012), historicamente os pardos e pretos compartilham uma mesma situação socioeconômica, fato esse comprovado nos dados coletados, onde 52,78% das entrevistadas declaradas pardas e 46,67% das negras possuem ganho mensal entre 1 e 2 salários-mínimos, comprovando a homogeneidade socioeconômica.

4.1.4 Nupcialidade das entrevistadas

A finalidade dessa seção é conhecer a natureza da união conjugal das pessoas que declararam que vivem em companhia de cônjuge ou companheiro no mesmo domicílio.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2022, p. 21) essa informação é muito importante para se conhecer a estrutura familiar e os padrões relacionados à vida conjugal. Através das uniões conjugais, é possível identificar os núcleos familiares.

Quanto ao estado civil, 69,81% (N= 37) das entrevistadas vivem em companhia de esposo ou companheiro na atualidade e 72,97% (N= 27) dessas relações advém de união consensual, seguida pelas de casamento religioso (10,81%) (Tabela 7).

Tabela 7 – Nupcialidade das entrevistadas no Distrito do Carvão, Mazagão-AP (2023)

Nupcialidade das Entrevistadas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
União consensual	27	72,97
Casamento religioso	4	10,81
Casamento civil e religioso	3	8,11
Casamento civil	3	8,11
Total	37	100

Fonte: Elaborado pela Autora a partir de dados da pesquisa de campo (2023).

A união consensual ainda sobressai nas comunidades da zona rural como preferida nas relações, onde as pessoas mantêm a união estável sem no entanto registrá-la formalmente, no denominado “amigar”, “amasiar”, “juntos” e, sendo esses dados similares aos encontrados por Silva (2002, 2010), respectivamente na comunidade quilombola do Curiaú e no próprio Distrito do Carvão, e por Oliveira (2019) no Distrito de Mazagão Velho.

Das entrevistadas (N=16=30,19%) que no momento da coleta de dados não viviam maritalmente, 81,25% (N=13) já viveram com alguém na vida, e dessas, 69,23% (N=9) são desquitadas, divorciadas ou separadas e 30,77% (N=4) são viúvas. As entrevistadas (N=3=18,75%) que declararam nunca terem vivido a experiência conjugal, afirmaram que desejam no futuro constituir família.

Segundo o IBGE (2022) identificar os núcleos familiares, ou seja, a família como unidade básica para a análise social é importante tipificá-las para a orientação de políticas públicas, por isso, com as informações obtidas com os temas nupcialidade e núcleo familiar, é possível categorizar as famílias conviventes, saber quantas são, como são e onde estão.

4.1.5 Fecundidade das entrevistadas

Aqui se tem como finalidade conhecer a história reprodutiva das mulheres através do número de filhos para a realização de estimativas sobre o padrão etário e o nível de fecundidade. Essas informações fornecem os parâmetros demográficos que são utilizados nas projeções da população realizadas, segundo o IBGE (2022).

Das entrevistadas, 92,45% declararam já terem tido filhos e somente 7,55% disseram não, mas declararam que querem constituir família e ter filhos no futuro. Na Tabela 8 é apresentado o número de filhos que as entrevistadas geraram, onde se constata que a faixa mais frequente de 1 a 3 filhos (65,31%), vindo em seguida a faixa de 4 a 6 filhos (28,57%), sendo que as duas faixas somadas (de 1 a 6 filhos) se tem um total de 93,88% das entrevistadas, o que é compatível com o número de filhos por núcleo familiar no estado do Amapá, segundo o IBGE (2022).

Tabela 8 – Número de filhos gerados/entrevistada no Distrito do Carvão, Mazagão-AP (2023)

Número de filhos/Entrevistada	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
De 1 a 3 filhos	32	65,31
De 4 a 6 filhos	14	28,57
De 7 a 10 filhos	2	4,08
Mais de 10 filhos	1	2,04
Total	49	100

Fonte: Elaborado pela Autora a partir de dados da pesquisa de campo (2023).

Foi relatado pelas entrevistadas a preocupação em gerar muitos filhos devido a duas situações específicas, a financeira, pois a crise econômica tem afetado propiciar uma boa qualidade de vida aos filhos, assim como a crescente violência e problemas sociais gerados pelo aumento da população com direitos negados pelo poder público e isso acarreta menos oportunidades no futuro.

Dessa forma, o planejamento familiar tem sido feito com frequência, com a orientação dos profissionais de saúde da Unidade Básica de Saúde (UBS) da localidade, não só no sentido de restringir o número de filhos, mas postergando a gravidez para terem chance de poderem galgar melhor escolarização e profissionalmente.

Essa afirmativa pode ser constatada quando se observa que quanto maior o intervalo com número de filhos (7 a 10 filhos e mais de 10 filhos) diminui o número de entrevistadas com essa característica.

4.1.6 Trabalho e rendimento das entrevistadas

A pesquisa do tema trabalho e rendimento tem como objetivos conhecer a composição da força de trabalho das entrevistadas e identificar as principais características, tais como: ocupação, atividade e posição na ocupação. Além disso, retratar o nível de rendimento delas.

Oliveira (2019) ainda menciona que partindo da premissa que o trabalho é um indicador fundamental das condições socioeconômicas, visto ser de onde provém a renda familiar, é no âmbito da atividade laboral que são traçadas as perspectivas de ascensão social das pessoas buscou-se identificar as fontes de renda e a faixa salarial das entrevistadas do Distrito do Carvão.

Na Tabela 9 é apresentado listagem das principais atividades laborais desenvolvidas pelas entrevistadas no Distrito do Carvão, com destaque para aquelas que atuam como professoras (20,75%), donas de casa (18,87%), serviços gerais (9,43%) e técnicas de enfermagem (7,55%).

É importante destacar que as entrevistadas que declararam serem donas de casa, tem a atividade como profissão, pois caso não realizassem as tarefas em seus domicílios, teriam que contratar alguém para fazê-lo. Portanto, desenvolvendo a atividade, deixam de gastar com contratação de alguém para o serviço, portanto, ganham de alguma forma.

Essas mulheres também declararam que entre as tarefas realizadas, estão a de cultivo de hortaliças, fruteiras e a criação de pequenos animais (galinhas, patos) em seus quintais para ajudar na alimentação dos familiares do domicílio e, em caso de excedentes, comercializam ou fazer trocas com outros produtos com famílias vizinhas e conhecidas da comunidade.

Fato esse corroborado por Heredia e Cintrão (2006) onde declaram que além do trabalho na casa, as mulheres participam no trabalho na agricultura e se responsabilizam pelo quintal, onde podem realizar atividades agrícolas (hortas, pequeno roçado para consumo, transformação de alimentos), e o trato dos animais, especialmente aqueles de pequeno porte destinados ao consumo direto da família. Estas atividades não são consideradas como trabalho porque não são contabilizadas em termos monetários.

Tabela 9 – Atividade laboral das entrevistadas no Distrito do Carvão, Mazagão-AP (2023)

Atividade laboral das entrevistadas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Professora	11	20,75
Dona de casa	10	18,87
Serviços gerais	5	9,43
Técnica de enfermagem	4	7,55
Aposentada	3	5,66
Cuidadora educacional	3	5,66
Cozinheira	2	3,77
Agente administrativo-Diretora UBS	1	1,89
Agente distrital	1	1,89
Auxiliar educacional	1	1,89
Costureira	1	1,89
Diarista	1	1,89
Diretora do IMMAM	1	1,89
Doméstica	1	1,89
Monitora escolar	1	1,89
Não respondeu	1	1,89
Pedagoga	1	1,89
Secretária escolar	1	1,89
Venda de comidas	1	1,89
Venda de perfumaria	1	1,89
Venda de roupas e comidas	1	1,89
Vigilante	1	1,89
Total	53	100

Fonte: Elaborado pela Autora a partir de dados da pesquisa de campo (2023).

As mulheres atuam como professoras (20,75%), técnicas de enfermagem (7,55%), cuidadoras escolar (5,66%), agente administrativa -Diretora da Unidade Básica de Saúde (1,89%), agente distrital (1,89%), Diretora do Instituto Municipal do Meio Ambiente – Bióloga (1,89%), monitora escolar (1,89%), pedagoga (1,89%) e secretaria escolar (1,89%) somam 45,30%, número expressivo e demonstra o quanto as mulheres do Distrito do Carvão estão se escolarizando, não somente com o ensino fundamental, como era comum, mas

avançando em seus estudos e com isso alcançando melhores colocações de emprego e tendo destaque na sociedade local, sendo protagonistas de suas histórias e criando condições e servindo de exemplos aos mais jovens, independente de sexo biológico.

Sousa e Rodrigues (2011) registraram no Distrito de Mazagão Velho que a maioria das mulheres com mais idade trabalham na roça para garantir a alimentação diária, mas também tem muitas mulheres atuando no mercado formal e informal na localidade. Foram mulheres atuando como professoras, comerciantes, diretora de escola, técnica de enfermagem, auxiliar de enfermagem, secretária escolar, artesã, auxiliar de serviços gerais, costureiras, agente comunitária, servente, vendedora, doméstica, merendeira e proprietária de restaurante.

Assim, segundo as supracitadas autoras, a atuação feminina no mercado de trabalho local pode ser de caráter formal, onde as trabalhadoras são funcionárias públicas, tem contrato administrativo ou tem carteira assinada e contam com benefícios como férias, 13ºsalário, recolhimento de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) entre outras garantias legais; ou pode ser de caráter informal por trabalharem por conta própria, sem cumprimento de regras e horários, ou seja, de forma autônoma.

Assim como o registrado no Distrito do Carvão, da ascensão profissional feminina por conta da escolarização, Sousa e Rodrigues (2011, p. 34) constataram em Mazagão Velho:

O fato das mulheres com nível de escolaridade elevada constituir grande parte do percentual de mulheres inclusas no mercado de trabalho formal é evidente, assim como o acesso a profissões que são mais bem remuneradas, permitindo que passem a contribuir também no sustento dos filhos e da casa, além de propiciar a independência que tanto desejam, e em alguns casos a mulher deixa de ser subordinada ao homem passando a ser vista pelo companheiro e pela sociedade como igual dentro do lar.

A mulher está deixando de ficar restrita ao que o patriarcado preconizava, ficar exclusiva ao “lar” e segundo Bruschini (1994, p. 31), são várias as razões do ingresso da mulher no mercado de trabalho a partir dos anos de 1970. Um dos pontos que a autora aponta, foi a necessidade econômica que se intensificou com a deterioração dos salários de trabalhadores, obrigando-as a buscar fora do lar uma complementação para a renda familiar; outro fator foi a conquista de sua independência financeira, a necessidade de consumos pessoais e os filhos, este último foi e continua sendo o fator que interfere de forma mais marcante na sua incorporação no mercado.

Para Sen (2008) o ganho de poder das mulheres é um dos aspectos centrais no processo de desenvolvimento em muitos países. Os fatores envolvidos neste ganho de poder podem estar relacionados à educação; padrão de propriedade; oportunidades de emprego e

funcionamento do mercado de trabalho; atitudes da família e da sociedade em geral com respeito às atividades econômicas das mulheres; e circunstâncias econômicas sociais que incentivam ou tolhem a mudança dessas atitudes.

No que diz respeito à renda mensal, predominaram mulheres rurais com renda familiar de até um salário-mínimo vigente em 2020. É válido salientar que em municípios majoritariamente rurais, tal qual o do cenário onde o estudo foi desenvolvido, os indivíduos, conhecidamente, possuem menores rendas (Soares *et al.*, 2015).

Com relação a jornada de trabalho desenvolvido, 41,51% das entrevistadas declararam trabalhar 40 horas semanais, seguido pelas que trabalham 20 horas semanais (24,53%) e 30 horas semanais (11,32%). O menor tempo dispendido semanalmente registrado foi de 6 horas e sendo o máximo de 60 horas semanais (Tabela 10).

Tabela 10 – Jornada de trabalho semanal das entrevistadas no Distrito do Carvão, Mazagão-AP (2023)

Jornada de trabalho semanal das entrevistadas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
40 horas	22	41,51%
20 horas	13	24,53%
30 horas	6	11,32%
15 horas	4	7,55%
12 horas	2	3,77%
60 horas	2	3,77%
6 horas	1	1,89%
7 horas	1	1,89%
8 horas	1	1,89%
10 horas	1	1,89%
Total	53	100,00%

Fonte: Elaborado pela Autora a partir de dados da pesquisa de campo (2023).

Para complemento da renda familiar, 43,40% (N= 23) das entrevistadas declararam desenvolver atividades extras quando possível, e assim garantir um reforço financeiro, e 56,60% (N= 30) disseram não ter tempo disponível ou mesmo o cansaço das atividades cotidianas as impedem dessa jornada extra. Na Tabela 11 é demonstrado a relação das atividades extras desenvolvidas pelas mulheres entrevistadas para complemento financeiro familiar.

É importante destacar que as atividades laborais do dia a dia e as horas extras desenvolvidas pelas entrevistadas não envolvem aquelas tradicionais geradoras de renda em comunidades rurais, tais como agricultura e extrativismo, pois como atribuído por Matos Filho (2016), essas atividades são dominadas por homens em sua tradicionalidade e até por exigir elevado esforço físico e pouca qualificação profissional (escolarização), cabendo nesses casos, a mulher apenas o auxílio aos homens.

Tabela 11 – Atividades extras desenvolvidas para complemento da renda familiar pelas entrevistadas no Distrito do Carvão, Mazagão-AP (2023)

Atividades extras desenvolvidas pelas entrevistadas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Vendas de produtos diversos	5	21,74%
Agricultura	4	17,39%
Manicure	2	8,70%
Diarista	2	8,70%
Costura	1	4,35%
Venda de comida	1	4,35%
Artesanato	1	4,35%
Construção Civil	1	4,35%
Vendas de roupa	1	4,35%
Cozinha	1	4,35%
Não pode Informar	1	4,35%
Mini box	1	4,35%
Oficina de carro e moto	1	4,35%
Decoradora	1	4,35%
Total	23	100,00%

Fonte: Elaborado pela Autora a partir de dados da pesquisa de campo (2023).

Embora essa questão seja em parte verdade, Brumer (2004) contesta, pois para ele, isso é uma narrativa que desvaloriza a força de trabalho das mulheres, habitualmente tratada como “ajuda” ao homem, mesmo quando elas trabalham mais ou tanto quanto eles ou executam as mesmas atividades.

Outro fato registrado é a ajuda dos filhos e outros membros da família na execução de atividades que possam render financeiramente a família, ajudando assim no incremento da

renda mensal e esse fator, segundo Sakamoto, Nascimento e Maia (2016), de família pluriativa, é explicada pela presença de filhos, sobretudo jovens, além de um cônjuge em idade ativa.

Segundo Santos, Bohn e Almeida (2020) A dupla jornada assumida pelas mulheres rurais (no lar e na roça) acentua sua sobrecarga, e, ao passo que não recebem contrapartida financeira, seu trabalho se torna invisibilizado. Logo, a mulher rural personifica o debate sobre a manutenção do seu status quo: indispensável para a propriedade rural, porém não valorizada oficialmente

Além das rendas primárias e por vezes secundárias, 62,26% das entrevistadas disseram ter acesso de programas sociais do Governo Federal, sendo que destas, 96,97% afirmaram serem beneficiárias do bolsa família e 3,03% recebem auxílio da Igreja Católica. Mas 37,74% das entrevistadas declararam não terem acesso a programas sociais, justificando que não possuem o perfil necessário, visto que são funcionárias públicas, aposentadas ou que tem carteira assinada em empresa privada.

Foi inquirido as entrevistadas a idade que elas começaram a trabalhar, e foi registrado um largo intervalo temporal, sendo a idade mais tenra com 7 anos e a mais tardia com 35 anos, tendo a média de início das atividades laborais de 19,9 anos. Mas um fato preocupante é que 41,49% das entrevistadas começaram as suas atividades trabalhadoras com menos de 18 anos, e quase todas essas mulheres estão na listagem daquelas que não conseguiram progredir com seus estudos, visto a dificuldade na tenra idade de conciliar o duro trabalho, na maioria das vezes de roçado e doméstico, com os estudos (Tabela 12).

Com relação a essa primeira atividade laboral, 73,58% das entrevistadas declararam que recebiam alguma forma de compensação pela atividade, seja em forma financeira, bens e serviços, enquanto 26,42% disseram que não receberam nada nessa primeira atividade.

Quando questionadas sobre a participação em sindicato ou associações, 62,26% afirmaram participar e 37,74% não participam. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) tem destaque com 66,67% das entrevistadas vinculadas, vindo em seguida a Associação Cultural São Tomé (ACST) (21,21%), a Associação de Moradores da Comunidade do Carvão (AMCC) (6,60%) e a Associação de Agricultores e Agricultoras do Carvão (AAAC) e Colônia de Pescadores (CP) (3,03% cada).

Segundo Ribeiro (2013, p. 39):

Hoje as mulheres rurais se organizam em associações que tem como objetivo inicial a geração de emprego e renda, e a busca por direitos no campo, já que não há, na maioria das localidades e comunidades, a presença física de órgãos públicos, e o

único meio de enfrentar a miséria e o distanciamento é o acesso às políticas públicas e o aproveitamento dos elementos naturais que existe ao redor.

Tabela 12 – Relação das atividades laborais iniciais das entrevistadas do Distrito do Carvão, Mazagão-AP (2023)

Atividade laboral das entrevistadas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Doméstica	15	28,30
Na roça	10	18,87
Babá	7	13,21
Professora	5	9,43
Técnica de Enfermagem	2	3,77
Auxiliar de Limpeza	2	3,77
Vigilante	2	3,77
Vendedora de Cosméticos	2	3,77
Cobradora de ônibus	1	1,89
Serviços Gerais	1	1,89
Agente Administrativo	1	1,89
Cuidadora Escolar	1	1,89
Auxiliar Educacional	1	1,89
Cozinheira	1	1,89
Venda de lanches na escola	1	1,89
Total	53	100

Fonte: Elaborado pela Autora a partir de dados da pesquisa de campo (2023).

As entrevistadas que não participam de nenhuma associação ou sindicato, justificaram de várias formas, como: sem interesse (50,00%), é aposentada e não precisa, não gosta dessas coisas e porque é funcionária pública (5,00% cada), e, 35,00% das mesmas preferiram não responder. Moraes, Sieber e Funari (2020) postulam que as mulheres estão cada vez mais organizadas em movimentos sociais, articulações, redes, fóruns e diversas formas de coletividade, embora ainda pouco representadas politicamente.

Das entrevistadas que desenvolvem atividades laborais (N= 33= 62,26%) fora dos seus domicílios, declararam que ainda exercem atividades domésticas em seus “tempos livres”, como, cuidar da casa na limpeza, preparação de refeições, lavando louças, lavando vestuários e até mesmo limpeza de quintais das residências, aumentando substancialmente a carga de serviço já dispendida nas atividades trabalhistas.

De acordo com Sorj (2008, p. 82), é nítido que “a predominância das mulheres nos afazeres domésticos ocorre em qualquer faixa de idade, inclusive entre as crianças e adolescentes. Schneider *et al.* (2020, p. 253) completam afirmando que “vê-se, nitidamente, que os padrões tradicionais de socialização de gênero persistem nas novas gerações. Dessa forma, historicamente, é possível verificar que as questões relacionadas ao trabalho doméstico são direcionadas como dever das mulheres.

Sousa e Rodrigues (2011) também encontraram realidade parecida em Mazagão Velho, as jornadas extras das mulheres, e para tanto Almeida (2002, p. 47) cita que o cotidiano da mulher da zona rural não difere muito do cotidiano da mulher urbana, que também realiza diariamente inúmeras atividades.

Foi inquirido as entrevistadas sobre a questão da violência doméstica e familiar, onde 24,53% (N= 13) declararam já ter sofrido algum tipo e 75,47% (N=40) negaram qualquer violência doméstica em seus domicílios. Na Tabela 13 está a descrição dos tipos de violência sofridos pelas mulheres entrevistadas, que são tipificadas e classificadas de acordo com o art. 5º da Lei Maria da Penha (Lei Nº 11.340, de 7 de agosto de 2006), violência doméstica e familiar contra a mulher é “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial” (Brasil, 2006), No Capítulo II, art. 7º, incisos I, II, III, IV e V da referida lei é descrito as formas de violência doméstica e familiar contra a mulher:

- I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;
- II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;
- III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;
- IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;
- V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

Tabela 13 – Tipos de violência doméstica sofrido pelas entrevistadas no Distrito do Carvão, Mazagão-AP (2023)

Violência doméstica sofrida pelas entrevistadas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Psicológica	4	30,77
Física e psicológica	3	23,08
Física	2	15,38
Psicológica e moral	1	7,69
Física, psicológica e patrimonial	1	7,69
Verbal	1	7,69
Psicológica, verbal e patrimonial	1	7,69
Total	13	100,00

Fonte: Elaborado pela Autora a partir de dados da pesquisa de campo (2023).

A violência psicológica foi a mais citada pelas entrevistas, alcançando 76,92% dos cometimentos, seguida pela violência física (46,15%), moral (23,08%) e patrimonial (15,38%). Segundo as mulheres entrevistadas que passaram por essa experiência, muitas mulheres na comunidade passam, mas não admitem por medo da reação dos seus companheiros, também por falta de esclarecimento sobre o que é essa violência, pois muitas acabam achando normal essa situação, dizendo ser “coisas de casal e que logo se acertam”, além disso, tem a dependência financeira de algumas que fazem se calar. No Apêndice D está um resumo do perfil das entrevistadas no Distrito do Carvão, Mazagão.

4.2 BREVE CARACTERIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS DAS ENTREVISTADAS

Essa seção tem por objetivo caracterizar as famílias das entrevistadas, como quem é o principal responsável pelo grupo familiar, faixa etária e sexo deles, escolaridade e condição no domicílio, a identificação étnico-racial dos constituintes familiares, assim como as questões relacionada a trabalho e renda das famílias.

4.2.1 Idade, sexo, escolaridade, número de pessoas, condição no domicílio e identificação étnico-racial das famílias das entrevistadas

O número de pessoas registradas nos domicílios das entrevistadas totalizou 228 indivíduos, com média de 4,30 pessoas por domicílio, sendo, 118 (51,75%) mulheres e 110

(48,25%) homens. O domicílio que se destacou pelo maior número de pessoas contava com 10 indivíduos e o menor com uma.

Os domicílios possuem em média 4,30 pessoas, sendo 2,23 a média de mulheres e de 2,08 homens/domicílio. A faixa etária é bastante diversa, indo da pessoa mais nova registrada com 1,8 anos (menino) e a mais idosa com 89 anos (mulher), e, tendo a média de 26,96 anos (sendo, homens com 26,31 anos e as mulheres com 27,55 anos), sendo a população da localidade jovem e intelectualmente e fisicamente ativos, fato esse importante para o desenvolvimento local.

Em 66,04% dos domicílios os responsáveis pelo núcleo familiar eram do sexo feminino e em 33,96% do sexo masculino, sendo esses valores inversamente proporcional aos encontrados por Silva (2002) na comunidade quilombola do Curiaú (homens: 61,90% e mulheres: 38,10%) e por Silva (2010) no próprio Distrito do Carvão (homens: 65,05% e mulheres: 32,08%).

Oliveira (2019) encontrou no Distrito de Mazagão Velho os homens com maior frequência na chefia dos domicílios (65,42%) em relação as mulheres (34,58%). Silva (2010) já apontava o crescimento do percentual de mulheres na chefia das famílias e isso se deve, principalmente, a escolarização delas que as tem possibilitado a galgar melhores empregos e com remuneração acima daquelas recebidas pelos homens.

Com relação a escolaridade dos moradores dos domicílios das entrevistadas estão aquelas pessoas que nunca estudaram (0,88%) até as que possuem o nível superior completo (14,04%), e, até mesmo com curso de pós-graduação em nível de especialização. É importante destacar que 8,33% dos moradores estão matriculados em curso superior e cursando de forma regular, assim como 22,37% possuem o ensino médio completo e 4,82% estão cursando e demonstraram interesse em galgar ao ensino superior em breve (Tabela 14).

Outro fator importante constatado é a importância que as famílias dão ao estudo dos filhos, incentivando-os a se dedicarem com o discurso de um melhor preparo e assim terem melhores oportunidade e um futuro com boa qualidade de vida, e nesse aspecto em particular, as mulheres são as maiores incentivadoras.

Quanto a identificação étnico-racial dos moradores dos domicílios das entrevistadas, 58,77% são declarados pardos, seguidos por aqueles declarados pretos (30,70%) e brancos (10,53%) (Tabela 15). Esses dados são similares aos encontrados por Oliveira (2019) na zona urbana do Distrito de Mazagão Velho, onde os declarados pardos e pretos predominaram (64,49% e 33,64%, respectivamente), e sendo a localidade a origem do Distrito do Carvão, como já explicitado.

Tabela 14 – Escolaridade dos moradores dos domicílios das entrevistadas no Distrito do Carvão, Mazagão-AP (2023)

Escolaridade dos moradores dos domicílios das entrevistadas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Médio completo	51	22,37%
Fundamental cursando	47	20,61%
Superior completo	32	14,04%
Fundamental incompleto	24	10,53%
Superior cursando	19	8,33%
Médio cursando	11	4,82%
Educação infantil	10	4,39%
Médio incompleto	10	4,39%
Creche	9	3,95%
Fundamental completo	5	2,19%
Sem idade escolar	4	1,75%
Sem informação	4	1,75%
Não escolarizado	2	0,88%
Total	228	100,00%

Fonte: Elaborado pela Autora a partir de dados da pesquisa de campo (2023).

Tabela 15 – Cor ou raça dos moradores dos domicílios das entrevistadas no Distrito do Carvão, Mazagão-AP (2023)

Cor ou raça dos moradores dos domicílios	Mulheres		Homens		Total	
	FA	FR - %	FA	FR - %	FA	FR - %
Parda	69	30,26	65	28,51	134	58,77
Preta	38	16,67	32	14,04	70	30,70
Branca	11	4,82	13	5,70	24	10,53
Total	118	51,75	110	48,25	228	100,00

Fonte: Elaborado pela Autora a partir de dados da pesquisa de campo (2023).

* FA: Frequência Absoluta / FR: Frequência Relativa

É importante pontuar que muitos que se declaram pardos o fazem por conta de uma melhor aceitação social, pois como “pretos ou negros” sofrem discriminação e a declaração é

uma forma de se sentir protegido e aceito em uma sociedade extremamente preconceituosa. Esse fato foi também constatado por Oliveira (2019) em Mazagão Velho-AP.

4.2.2 Trabalho e renda das famílias das entrevistadas

Segundo as entrevistadas, em 41,51% (N= 22) dos domicílios somente uma pessoa contribui para a renda familiar, ficando todo encargo financeiro com essa pessoa de referência, enquanto em 50,94% (N= 27) dos domicílios, duas pessoas contribuem com a renda familiar e em 7,55% (N= 4) dos domicílios, existem de três a cinco pessoas contribuindo para o rendimento mensal financeiro.

Em relação ao rendimento mensal bruto das famílias das entrevistadas e tendo como base o salário-mínimo (SM) vigente no Brasil no período da coleta de dados de R\$ 1.320,00, 50,94% das famílias recebem de 1 a 2 SM, vindo em seguida as famílias com rendimentos de até 1 SM (20,75%) e aquelas que recebem de 3 a 4 salários mínimos (18,87%) (Tabela 16).

Tabela 16 – Rendimento mensal das famílias das entrevistadas no Distrito do Carvão, Mazagão-AP (2023), tendo como base o valor do salário-mínimo vigente a época da pesquisa de R\$ 1.320,00

Rendimento mensal das famílias das entrevistadas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
De 1 até 2 SM	27	50,94%
Até 1 SM	11	20,75%
De 3 até 4 SM	10	18,87%
De 5 até 6 SM	4	7,55%
Mais de 10 SM	1	1,89%
De 7 até 9 SM	0	0,00%
Total	53	100,00%

Fonte: Elaborado pela Autora a partir de dados da pesquisa de campo (2023).

Em 62,26% dos domicílios amostrados, as mulheres tem a predominância como a pessoa de maior renda no domicílio em relação aos homens (37,74%), e isso é confirmado pelas próprias funções hoje assumidas pelas mesmas por conta da escolarização, onde atuam como professoras, pedagogas, biólogas e assumem funções importantes na comunidade e até mesmo no município, como agente distrital, diretora da Unidade Básica de Saúde (UBS), diretora do Instituto Municipal de Meio Ambiente (IMMAM), secretária escolar, técnicas de

enfermagem, entre outras, e, os homens, continuam nas atividades mais tradicionais de agricultura e extrativismo.

Das pessoas com a maior fonte de renda do domicílio e por conta disso a responsável economicamente pelo grupo familiar tem como empregador prioritário a Prefeitura Municipal de Mazagão (PMM) (49,06%), seguido pelos empregos de origem do Governo do Estado do Amapá (GEA) (26,42%). Os de atividades autônomas (chamado na localidade de “conta própria”) somam 15,09%, e os de origem do Governo Federal (1,89%). Os aposentados somam 7,55%. Na Tabela 17 está a relação das atividades profissionais desenvolvidas pelas pessoas com maior fonte de renda nos domicílios das entrevistadas.

Tabela 17 – Atividade profissional da pessoa de maior fonte de renda nos domicílios das entrevistadas no Distrito do Carvão, Mazagão-AP (2023)

Atividade profissional da pessoa de maior renda	Mulheres		Homens		Total	
	FA	FR - %	FA	FR - %	FA	FR - %
Professor	12	22,64	1	1,89	13	24,53
Motorista	0	0,00	5	9,43	5	9,43
Serviços gerais	4	7,55	0	0,00	4	7,55
Técnica de enfermagem	4	7,55	0	0,00	4	7,55
Vigilante	1	1,89	3	5,66	4	7,55
Aposentada	3	5,66	0	0,00	3	5,66
Cuidadora educacional	3	5,66	0	0,00	3	5,66
Pedreiro	0	0,00	3	5,66	3	5,66
Cozinheira	2	3,77	0	0,00	2	3,77
Transportador escolar	0	0,00	2	3,77	2	3,77
Agente administrativo- Diretora UBS	1	1,89	0	0,00	1	1,89
Agente distrital	0	0,00	1	1,89	1	1,89
Assistência técnica na agricultura	0	0,00	1	1,89	1	1,89
Auxiliar educacional	1	1,89	0	0,00	1	1,89
Diretora do IMMAM	1	1,89	0	0,00	1	1,89
Pedagoga	1	1,89	0	0,00	1	1,89
Produtor rural	0	0,00	1	1,89	1	1,89

Secretária escolar	1	1,89	0	0,00	1	1,89
Venda de roupas e comidas	1	1,89	0	0,00	1	1,89
Vendedor autônomo	0	0,00	1	1,89	1	1,89
Total	35	66,04	18	33,96	53	100,00

Fonte: Elaborado pela Autora a partir de dados da pesquisa de campo (2023).

Sousa e Rodrigues (2011) registraram em relação a questão salarial das informantes no Distrito de Mazagão Velho na faixa de menos de 1 salário-mínimo até 2 sm, e nessa faixa estão as mulheres que fazem parte de um contexto informal de trabalho ou ocupam funções dentro do mercado formal que exigem pouca instrução. As que recebem as maiores rendas, são professoras e pessoas em cargos de confiança no município.

A atividade docente se destaca entre as atividades exercidas pelos moradores dos domicílios das entrevistadas (24,53%), sendo que majoritariamente pelas mulheres, mas em contrapartida a profissão de motorista (9,43%) é exclusivamente exercida por homens, assim como serviços gerais e técnicas de enfermagem (7,55% cada) são exclusivos de exercício pelas mulheres.

É importante frisar, que assim como registrado exclusivamente para as entrevistadas, as atividades profissionais que de alguma forma exijam qualificação (professora, técnico de enfermagem, cuidadora educacional, diretora da UBS, auxiliar educacional diretora do IMMAM, pedagoga e secretária escolar), são exercidas pelas mulheres, visto que estas estão a cada dia procurando uma melhor formação escolar e isso tem feito a diferença no protagonismo delas.

4.3 PERCEPÇÃO SOBRE O PROTAGONISMO DA MULHER RURAL NO DISTRITO DO CARVÃO

Nessa seção é descrito a percepção que as mulheres entrevistadas têm delas mesmas e das mulheres em geral do Distrito do Carvão quanto a um possível legado deixado por elas, sobre a valorização (ou não) das mulheres na localidade, sobre oportunidades (ou não) de inserção no mercado de trabalho, assim como descrevendo sobre como elas tem se destacado, tornando-as protagonistas de suas histórias.

4.3.1 Legados, ação, obra ou benefício social na comunidade ocorrido com liderança/inciativa/esforço de uma mulher no Distrito do Carvão?

As entrevistadas foram inquiridas se conheciam algum legado, ação, obra ou benefício social ocorrido na comunidade sob a liderança, esforço ou iniciativa das mulheres, e 73,58% (N= 39) declaram que sim e 24,53% (N=13) disseram que nada sabiam a respeito, e 1,89% (N= 1) não respondeu. Na Tabela 18 estão descritas as ações/legado citado pelas entrevistadas.

Tabela 18 - Legado, ação, obra ou benefício social ocorrido na comunidade sob a liderança, esforço ou iniciativa das mulheres no Distrito do Carvão, Mazagão-AP (2023)

Legado, ação ou benefício social sob liderança de mulheres	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
- Participação efetiva na Pastoral da Criança	26	41,27
- Parteiras tradicionais que foram de extrema importância na comunidade, principalmente quando não se tinha o Posto de Saúde (hoje UBS)	8	12,70
- Criação da Associação Cultural São Tomé e organizadoras das festividades	8	12,70
- Criação da Associação das Mulheres do Distrito do Carvão	5	7,94
- Liderança na Igreja, nas programações religiosas	5	7,94
- Serviços de saúde com planta medicinais	3	4,76
- Associação de Moradores	3	4,76
- Organizadoras da Festa de Nossa Senhora da Piedade	1	1,59
- Creche Tia Chica: recebeu esse nome em homenagem a Dona Chica, uma das mais antigas moradoras da localidade que exerceu o ofício de parteira e curandeira com plantas medicinais	1	1,59
- Criação e participação ativa em associações	1	1,59
- Organização da Sede Comunitária João Queiroz	1	1,59
- Agente Distrital	1	1,59
Total	63	100,00%

Fonte: Elaborado pela Autora a partir de dados da pesquisa de campo (2023).

A participação de lideranças femininas na Pastoral da Criança (41,27%) teve destaque absoluto de reconhecimento das entrevistadas no Distrito do Carvão, visto a importância que a organização tem na vida da comunidade e entorno.

A Pastoral da Criança (PC) é um organismo de ação social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), vinculada à Comissão Episcopal para o Serviço da Caridade, da Justiça e da Paz, que tem como objetivo a promoção do desenvolvimento integral de crianças entre 0 e 6 anos de idade em seu ambiente familiar e em sua comunidade (Pastoral da Criança, 2023).

A Pastoral da Criança atua em todo o Brasil, acompanhando mais de 360 mil crianças, mais de 18 mil gestantes e suas famílias, zelando pelo cuidado desde o nascimento e durante toda a primeira infância. Mas para que isso aconteça, mais de 42 mil voluntários estão mobilizados, sendo 33 mil líderes (sendo a autora desse trabalho, uma delas). Juntos, eles levam a missão Pastoral da Criança para mais de 2.600 municípios, em mais de 16 mil comunidades (Pastoral da Criança, 2023).

Na convivência com a comunidade, além da partilha de conhecimento sobre saúde, nutrição, educação e cidadania, há doação de tempo, de escuta e a compreensão dos saberes dos outros, das diferenças e particularidades de cada local. Por vezes, os líderes e voluntários da Pastoral da Criança são os únicos que entram em casas de difícil acesso e constroem com as famílias uma relação de confiança que é levada para a vida toda. Em outros casos, chamam atenção das autoridades e fazem valer, junto com seus vizinhos, os direitos das crianças e gestantes daquela comunidade, ou para resolver uma situação de dificuldade (Pastoral da Criança, 2023, p. 1).

Dessa forma, o trabalho desenvolvido pela Pastoral da Criança é muito apreciado e respeitado pela comunidade e sempre tendo a frente e atuando de forma efetiva, no Distrito do Carvão, majoritariamente as mulheres.

As parteiras também têm um reconhecimento muito grande, chegando mesma a ser místico, devido a importância que tiveram, principalmente quando a localidade tinha carência de acesso a saúde de forma mais fácil, e os partos eram realizados de forma domiciliar, assim como o acompanhamento da puérpera e da criança no pós-parto. Hoje as mesmas têm uma atuação mais no sentido da preparação de remédios usando o conhecimento tradicional, ou seja, no manejo e uso das plantas medicinais.

As mulheres também têm tido destaque e atuação na criação das associações de classes e na sua manutenção, assim como participação como lideranças nas igrejas e nas organizações das programações religiosas e culturais. Além de participação efetiva

trabalhando, seja na saúde, seja na educação, deixando suas marcas indelévels nos jovens os incentivando a estudarem e que sejam cidadãos de bem.

Um fato interessante sobre as entrevistadas que declararam não conhecer nenhum legado, ação, obra ou benefício social ocorrido na comunidade sob a liderança, esforço ou iniciativa das mulheres, tem um perfil muito estabelecido, sendo a maioria cônjuges dos chefes de família, e tendo renda entre 1 e 2 SM e donas de casa, sem emprego formal, e talvez por isso, estejam somente vendo aquilo que esteja ao alcance de seus entendimentos de sociedade.

4.3.2 As mulheres no Distrito do Carvão são valorização/reconhecidas por seu papel na família e comunidade?

Segundo 83,02% das entrevistadas, as mulheres estão sendo reconhecidas e valorizadas pelo papel na família e na comunidade e isso tem sido a cada dia mais forte e presente, onde, segundo elas, “o machismo de ser só o homem que faz algo de útil está diminuindo e as mulheres se destacando”. Em contrapartida, 16,98% das entrevistadas declararam não ver nenhuma valorização e/ou reconhecimento da mulher na localidade (Tabela 19).

Nesse sentido, Oliveira (2004) menciona que com o surgimento das novas políticas públicas voltadas para o campo, as mulheres rurais conquistaram espaço no meio produtivo, passando a serem agentes ativos, não estando restritas apenas à produção voltada para o consumo familiar.

Para Sen (2008), o potencial da mulher para gerar rendimentos, seu papel econômico dentro e fora da família, sua alfabetização e instrução são contribuições para que a mulher fortaleça sua voz ativa e sua condição de agente, por meio da autonomia e do ganho de poder.

É notório a crescente importância que vem tendo na comunidade os papéis desenvolvidos pelas mulheres, pois as mesmas a cada dia, até pela crescente escolarização, estão se qualificando e assim sendo convidadas a assumirem cargos relevantes no município, como agentes distritais, diretora de Unidade Básica de Saúde, diretora do Instituto Municipal do meio Ambiente.

As mulheres também são reconhecidas e valorizadas pelos papéis exercidos perante as associações de classe e nas organizações religiosas, onde são protagonistas de todas as formas, na criação, na organização e manutenção. Também são explicitamente reconhecidas

pelos familiares pelos serviços que vem desenvolvendo na comunidade, deixando de serem “meras” donas de casa para serem “donas de seus destinos”, como elas mesmo declaram.

Tabela 19 – Percepção da valorização/reconhecimento da mulher pelo seu papel na família e comunidade no Distrito do Carvão, Mazagão-AP (2023)

Valorização/reconhecimento da mulher pelo seu papel na família e comunidade	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
- Muitas mulheres assumindo cargos de lideranças e chefias na comunidade, como Diretora da Unidade Básica de Saúde, Agente Distrital , Diretora do Instituto Municipal de Meio Ambiente	17	26,15
- São reconhecidas, valorizadas e admiradas pelo serviço na Pastoral da Criança	10	15,38
- Na liderança das associações e entidades de classe, participando ativamente	10	15,38
- Pelos trabalhos que desenvolvem na Igreja	6	9,23
- Mulheres trabalhando fora de casa	4	6,15
- Pelos filhos e família em geral pelo quem vem fazendo e conquistando	3	4,62
- Na família quando um filho se forma, pois elas são as maiores incentivadoras	3	4,62
- Como mãe e esposa dedicadas	3	4,62
- As mulheres são inspiração, pelo trabalho que fazem, para a nova geração de crianças e adolescentes da comunidade	3	4,62
- Elas são esforçadas e lutam pelo que querem fazer.	3	4,62
- Pelos trabalhos voluntários que realizam na comunidade, pois as mulheres são as organizadoras das ações que acontecem na comunidade	2	3,08
- Porque aproveitam as oportunidades de estudos e assim elas tem se escolarizado e muitas concluindo o ensino superior	1	1,54
Total	65	100,00

Fonte: Elaborado pela Autora a partir de dados da pesquisa de campo (2023).

Sobre essa afirmativa das entrevistadas, Batliwala (1994) afirma, acertadamente, que o empoderamento é um processo não reto e tende a ser espiral. Algumas das mulheres não se

empoderaram, de fato, ou melhor, o grau de seu empoderamento é baixo em relação ao que poderia ser, porque em alguns casos, isto se deve à pouca escolaridade, à idade e ao ambiente que as circunda. Os agentes facilitadores, em geral, não favoreceram o entendimento crítico destas mulheres sobre sua realidade, autonomia e capacidade de fazerem suas próprias escolhas.

Para Barbosa (2017) toda essa discussão sobre a promoção da autonomia da mulher tem a ver com a noção de empoderamento, pois se trata de criar condições para que ela se torne capaz de intervir em sua trajetória.

Romano e Antunes (2002), referem que empoderamento é um processo que coloca as pessoas e o poder no centro dos processos de desenvolvimento, assumindo o controle de seus próprios assuntos, tomando consciência de suas habilidades e competências para produzir, criar e gerir.

No dizer de León (1997), empoderar-se significa que as pessoas adquiriram controle de sua vida, atingiram a capacidade de realizar coisas e definirem sua própria agenda. Para as pessoas desprovidas de poder, a expressão se dá como uma mudança positiva desejada.

Horochovisk e Meirelles (2007, p. 486) manifestam que:

A definição de empoderamento é próxima da noção de autonomia, pois se refere à capacidade de os indivíduos e grupos poderem decidir sobre as questões que lhes dizem respeito, escolher, enfim entre cursos de ação alternativos em múltiplas esferas – política, econômica, cultural, psicológica, entre outras. Desse modo, trata-se de um atributo, mas também de um processo pelo qual se aquire poder e liberdades negativas e positivas. Pode-se, então, pensar o empoderamento como resultante de processos políticos no âmbito dos indivíduos e grupos

Para Gohn (2004), as ações que alcançam o empoderamento de grupos, além de assegurar sua sobrevivência, são as mais bem sucedidas, pois visam não somente dar a assistência social, mas também impulsionar essas pessoas a terem uma vida melhor.

Desta forma, Schneider *et al.* (2020, p. 246) destacam que:

Apesar das conquistas adquiridas pelas mulheres nas últimas décadas, ainda é possível verificar no meio rural uma invisibilidade delas no que refere ao trabalho e à gestão, visto que elas são importantes protagonistas na efetivação de diversas atividades da propriedade e na manutenção da família. Nesse sentido, é necessário avançarmos no debate sobre a participação das mulheres nas propriedades rurais, e não apenas como coadjuvantes de seus maridos e/ou pais.

Portanto, apesar do reconhecimento da comunidade do crescente protagonismo das mulheres no Distrito do Carvão, muitas ainda não se sensibilizaram ao ponto de redefinir as normas e as regras de gênero, principalmente no espaço doméstico.

4.3.3 As mulheres estão tendo mais oportunidades de estudo e inserção no mercado de trabalho no Distrito do carvão?

Segundo 90,57% das entrevistadas, as mulheres estão tendo mais oportunidades de estudo e inserção no mercado de trabalho, não somente no Distrito do Carvão, mas também nos municípios de Mazagão, Santana e Macapá, enquanto, 9,43% disseram que não, que tudo continua na mesma, sem nenhum tipo de oportunidade (Tabela 20).

Tabela 20 – Oportunidades de estudo e inserção no mercado de trabalho das mulheres do Distrito do Carvão, Mazagão-AP (2023)

Oportunidades de estudo e inserção no mercado de trabalho	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Transporte para irem estudar	19	23,46%
Prefeitura ofertando empregos	7	8,64%
Faculdades no município para continuar os estudos e se formar	14	17,28%
Pela Unifap que oferece bolsa e isso faz terem formação	4	4,94%
Escolas no Distrito para todas as idades, o que favorece acesso aos estudos mais facilmente	12	14,81%
Chegada da Internet	5	6,17%
Mercado de trabalho cresceu significativamente	6	7,41%
Atualmente as mulheres possuem um grau de escolaridade superior que homens, elas têm mais interesses que os homens em melhorar a vida.	3	3,70%
Não sei explicar, mas elas tem	1	1,23%
Vontade de ter uma vida melhor	3	3,70%
Porque em nossa comunidade tem bastante mulheres trabalhando fora	5	6,17%
Tem maior força na educação e na saúde municipal	2	2,47%
Total	81	100,00%

Fonte: Elaborado pela Autora a partir de dados da pesquisa de campo (2023).

Segundo as entrevistadas, o universo das mulheres da localidade, assim como de muitas mulheres da zona rural, se resumia a seu domicílio e com funções específicas determinadas pelo machismo cultural, ou seja, tinham que tomar conta da casa, preparando as refeições, mantendo a limpeza da casa e cuidando dos filhos. A maioria (75%) não tinham a oportunidade ou mesmo “permissão” de frequentarem a escola, e as que de alguma forma podiam, sempre muito cansadas das múltiplas tarefas, acabavam desistindo, o que resultava na formação de gerações de esposas sem qualificação e dependentes de seus companheiros.

Essa realidade vem mudando, a começar pela inauguração de escolas no Distrito abrangendo os níveis de educação infantil, ensino fundamental I e II e ensino médio, possibilitou a essas mulheres terem a cesso a escolarização e tendo ainda como fator primordial, a presença do Polo da UNIFAP na sede municipal.

No quesito da educação superior, as mulheres, no Distrito do Carvão, estão se formando em número superior aos homens, pois eles ainda estão arraigados na tradicionalidade do trabalho de agricultura de subsistência e extrativismo. A internet foi outro fator apontado como fundamental na aquisição de informações de forma geral e nas pesquisas escolares. Com toda essa situação favorável, as oportunidades de estudos e empregos na administração pública (seja municipal, estadual ou federal) aumentaram substancialmente.

As entrevistadas destacaram que o diferencial é a força de vontade da mulher do Distrito do Carvão, que vem agarrando as oportunidades e se destacando em todos os setores. Reconhecem que a jornada de conquistas ainda está em curso, mas o importante é o que se tem conseguido e assim servirem de exemplo aos mais jovens.

4.3.4 Como as mulheres têm se destacado no Distrito do Carvão de forma individual ou coletiva?

Quando perguntadas se as mulheres têm tido algum destaque, seja de forma individual ou coletiva, no Distrito do Carvão, 94,34% das entrevistadas disseram que sim, e de várias formas, e, 5,66% disseram desconhecer qualquer tipo de destaque na localidade por parte das mulheres (Quadro 1).

As entrevistadas se dizem satisfeitas com as mudanças que estão ocorrendo na comunidade e o crescimento da participação das mulheres em setores, onde, ou era prioritariamente de homens ou na sua maioria. Uma entrevistada fez a seguinte declaração:

As coisas mudaram muito na comunidade no decorrer dos anos, hoje temos: Enfermeiras, professoras, diretoras, além de outras profissões, e essas mulheres são filhas da comunidade, podemos afirmar que as maiores lideranças são mulheres.

Quadro 1 - Protagonismo da mulher, de forma individual ou coletiva, no Distrito do Carvão, Mazagão-AP (2023)

- As mulheres são a maioria atuando nas igrejas e escolas
- Atuação efetiva na Pastoral da Criança
- Participação efetiva nas ações culturais: festas religiosas, batuque e marabaixo
- Participação e gerenciamento de entidades de classe
- Parteiras
- Destaque profissional:
* Professoras
* Técnicas de Enfermagem
* Pedagogas
* Diretora da Unidade Básica de Saúde
* Diretora do Instituto Municipal de Meio Ambiente
* Agente Distrital
* Conselheira Tutelar
* Enfermeiras
* Coordenadora Pedagógica
* Secretária Escolar
* Manicure
* Designer de Sobrancelhas
* Decoradora de Eventos
* Agente de Saúde
* Gari
* Serviços Gerais
* Microempreendedor individual (MEI) – venda comidas
* Microempreendedor individual (MEI) – venda de cosméticos
* Escolinha de futebol*
- No Distrito, as mulheres se destacam nos estudos, são muito mais esforçadas que os homens, as mulheres cuidam da Igreja no geral.
- Se destacam buscando conhecimentos e oportunidades para as crianças e os adolescentes
- Se destacam procurando cursos e parcerias, para educação e lazer, mesmo cansadas se dedicam na educação das crianças.

Fonte: Elaborado pela Autora a partir de dados da pesquisa de campo (2023).

Outras declarações importantes:

Hoje temos na comunidade atuando na sua profissão, mulheres da comunidade, enfermeiras, professoras, agente de saúde, agente de serviços gerais, representante do prefeito (sub prefeita) entre outras profissões importantes exercidas antigamente somente por homens, nossa igualdade profissional é notória na comunidade, hoje nossas mulheres buscam se profissionalizar cada vez, até porque pela oportunidade as Faculdades, Universidades, estarem cada vez mais próximas do seu lugar na comunidade.

As mulheres da comunidade do Carvão se destacam em todos os setores, pois abrangem todos os segmentos de trabalhos que são desenvolvidos no Distrito. As mulheres estão cada vez por dentro do seu papel na sociedade, buscando aquilo que lhe dê direito.

Na política pode-se destacar nossa subprefeita que é a segunda mulher a administrar nosso Distrito na História de nossa comunidade. As mulheres estão sempre buscando realizar seus trabalhos da melhor maneira possível, sempre dando seu melhor exercendo suas funções que lhes cabe na comunidade... Em eventos as mulheres se destacam, são sempre a maioria , oficinas , cursos quando são ofertados em nossa comunidade.

Todas essas declarações mostram claramente o crescimento das mulheres na sociedade do Distrito e até mesmo estendendo suas fronteiras além da localidade, e as mesmas estão ainda em busca de galgar mais espaço na sociedade do município, pois a força demonstrada é grande e contagiante diante de um cenário favorável que as esperam, pois o que antes era sonho, elas veem como palpável, como real, e isso se traduz na declaração de uma entrevistada: ***“Hoje somos importantes e ainda vamos ficar mais, pois somos capazes e lutadoras – somos mulheres”***.

4.4 MULHERES PIONEIRAS E TRANSFORMADORAS NO DISTRITO DO CARVÃO

Essa seção faz referência as mulheres que foram citadas pelas entrevistadas e que são reconhecidas na comunidade por sua atuação e destaque a frente de vários setores sociais, e tendo assim o reconhecimento comunitário, e até mesmo municipal, com suas histórias de vida. Informa-se que todas as fotografias e informações foram cedidas pelas famílias das mulheres aqui homenageadas.

4.4.1 Raimunda Gonçalves Pimentel

Nome Social	Dona Dica
Atuação na comunidade	Parteira tradicional
Observação	Falecida aos 87 anos.



4.4.2 Maria Ivanilde Souza Pimentel

Nome Social	D. Maria Ivanilde
Atuação na comunidade	Igreja católica, Pastoral da Criança, Posto de Saúde, Associação de Mulheres, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Empreendedora
Observação	Faleceu de covid em 21/abril/2021, aos 67 anos.

Escola Família Agroextrativista do Carvão

21 de abril de 2021 · 🌐

...

Comunidade do Carvão de luto !

♥️

A Escola Família do Carvão, lamenta profundamente o falecimento da Senhora Maria Ivanilde Pimentel, vítima de COVID.

Dona Maria deixa um legado de bons exemplos , mulher empreendedora , atuante na comunidade em geral , Igreja católica, posto de saúde, pastoral da criança, Associação de Mulheres e Sindicato Rural, em uma época em que era difícil ver mulheres nesta luta ! Que os bons exemplos da Dona Maria , sejam luz na vida das atuais e futuras gerações da comunidade .

Que ela descanse em paz !

Que a fé console sua família!

4.4.3 Rosalina dos Santos Pimentel

Nome Social	Tia Bebé
Atuação na comunidade	Parteira tradicional
Observação	Falecida aos 69 anos.



4.4.4 Deuzarina Belo dos Santos

Nome Social	Tia Dodó
Atuação na comunidade	Conhecida por liderar o Marabaixo e cantar as ladainhas nas Novenas na Igreja católica, seu diferencial é que ela cantava as ladainhas em latim.
Observação	Falecida em 2016 aos 73 anos



4.4.5 Francisca Cristina da Luz

Nome Social	Tia Chica
Atuação na comunidade	Parteira tradicional.
Observação	Foi homenageada recentemente emprestando seu nome à creche no Distrito, “Creche Tia Chica”.

4.4.6 Maria Pereira Belo

Nome Social	Mariquinha
Atuação na comunidade	Criou a festa de São Tomé, festividade religiosa que é comemorada no mês de Dezembro.
Observação	Falecida aos 89 anos.



4.4.7 Maria das Graças Caldeira Cardoso

Nome Social	Graça
Atuação na comunidade	Foi a primeira merendeira da infantil Escola Municipal Dona Benta, atual Creche tia chica
Observação	Falecimento aos 67 anos.



4.4.8 Tereza Belo

Nome Social	Tereza
Atuação na comunidade	Agricultora, continua o legado de sua mãe, conhecida como Mariquinha, fazendo a festa de São Tomé.
Observação	Presidente da Associação Cultural São Tomé, atuante no setor cultural



4.4.9 Deusa da Silva Belo

Nome Social	Deusa do Tomé
Atuação na comunidade	Agricultora e ajudava na Igreja
Observação	Faleceu em 2021.



5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As entrevistadas apresentaram a faixa etária de 19 a 76 anos, com média de 40,98 anos, sendo a faixa mais frequente de 41 a 50 anos, sendo assim uma faixa etária que já tem boa vivência na comunidade e de fato conhece a dinâmica social e assim as informações prestadas têm a confiabilidade.

Quanto a escolaridade, estão pessoas que nunca estudaram de maneira formal até pessoas com nível superior e até mesmo com curso de pós-graduação em nível de especialização. É importante destacar que das famílias das entrevistadas, as que estão cursando o ensino médio e aquelas que já concluíram estão com vistas a curso o ensino superior, seja no Campus da UNIFAP na sede municipal de, Mazagão, ou mesmo no Campus da UNIFAP em Santana ou Macapá, além da Universidade do Estado do Amapá e Instituto Federal do Amapá.

Por conta de uma melhor escolarização das mulheres, as mesmas estão tendo mais espaço, seja no setor público ou privado, atuando como professoras, Diretora da Unidade Básica de Saúde do Distrito do Carvão, Agente Distrital, Auxiliar Educacional, Diretora do Instituto Municipal de Meio Ambiente, Pedagogas, secretárias escolar, técnicas de enfermagem, entre outras; As entrevistadas, por conta de sua inserção no mercado do trabalho e com melhor qualificação, passaram a receber rendimentos maiores que dos homens e sendo assim 64,15% das mesmas se declararam como responsáveis economicamente pelo grupo familiar.

Quanto a identificação étnico-racial, 67,92% se declararam pardas seguidas pelas que se declararam pretas (28,30%) e brancas (3,77%). Não teve nenhuma autodeclaração de cor amarela/oriental ou indígena.

Quanto a nupcialidade, 69,81% das entrevistadas vivem atualmente em companhia de esposo ou companheiro e sendo 72,97% dessas relações advém de união consensual, seguida pelas de casamento religioso (10,81%). Em relação a fecundidade, 92,45% declararam já terem tido filhos e somente 7,55% disseram não, mas declararam que querem constituir família e ter filhos no futuro, e sendo a média de 1 a 3 filhos a predominância (65,31%).

Em relação as atividades laborais, tem destaque para aquelas que atuam como professoras (20,75%), donas de casa (18,87%), serviços gerais (9,43%) e técnicas de enfermagem (7,55%), com jornada de trabalho médio de 40 horas semanais. É importante destacar que as entrevistadas que declararam serem donas de casa tem a atividade como profissão, pois caso não realizassem as tarefas em seus domicílios, teriam que contratar

alguém para fazê-lo, portanto, desenvolvendo a atividade deixam de gastar com contratação de alguém para o serviço, portanto, ganham de alguma forma. As mulheres (43,40%) também exercem atividades extras para complemento da renda familiar, como venda de produtos diversos, na agricultura, manicure, diarista, costura, venda de refeições, artesanatos, entre outras.

A faixa de início de atividades de trabalho foi de 7 a 35 anos, sendo a média de início das atividades laborais de 19,9 anos e foi declarado que 62,26% das mesmas participam de sindicatos ou associações de classe e sendo que muitas são as protagonistas em cargos de gerência;

Fato relevante foi em relação a violência doméstica, onde 24,53% declararam já ter sofrido algum tipo, como, violência psicológica, física, moral e patrimonial;

Sobre a questão da percepção das mesmas sobre o protagonismo ou não da mulher no Distrito do Carvão, foi declarado por 73,58% que conhecem algum legado, ação, obra ou benefício social tendo ocorrido por liderança ou iniciativa de mulheres na localidade, como: participação efetiva na Pastoral da Criança, parteiras tradicionais, na criação, organização e gerência de associações, organização de festividades religiosas, culturais e cívicas, entre outras;

As entrevistadas (83,02%) declararam sentir-se reconhecidas e valorizadas por seus diversos papéis desempenhados na comunidade, pois elas estão assumindo cargos de lideranças e chefias, reconhecidas admiradas pelo serviço na Pastoral da Criança, na liderança comunitárias, pela ascensão escolar e funcional, e por estarem inspirando a comunidade, principalmente os mais jovens;

Com toda essa mudança de postura, de consciência de seus direitos e reconhecimento por parte do poder público e sociedade, as mulheres estão sim tendo mais oportunidades de se qualificarem e inserção no mercado de trabalho, quebrando o ciclo que parecia eterno de “donas de casa”;

O resultado de tudo esse processo são mulheres se destacando de forma efetiva na sociedade local, e até mesmo municipal, como: As mulheres são a maioria atuando nas igrejas e escolas, Atuação efetiva na Pastoral da Criança, Participação efetiva nas ações culturais: festas religiosas, batuque e marabaixo, Participação e gerenciamento de entidades de classe;

Pode-se inferir que o nível de sensibilização está levando as mulheres a se conscientizarem de seus papéis na sociedade, que vão muito além de serem donas de casa, podem almejar colocações melhores e para tanto o aumento do nível de escolarização está sendo um fator proteção e ascensão social.

É fato que pelo menos no Distrito do Carvão, as mulheres vêm ocupando posições de transformação no dia a dia e mostrando que são fundamentais para o desenvolvimento da sociedade local. As funções domésticas não são mais suas atribuições exclusivas e nem mais estão limitando seu potencial, elas estão se posicionando e conquistando seu espaço.

Ficou constatado a busca das mulheres pela equidade de gêneros, buscando demonstrar suas vontades de luta, crescer profissionalmente e serem reconhecidas e na esperança de que o que deve sobressair na sociedade local, não é o sexo biológico, nem a força física e bruta, mas a capacidade humana de entender, compreender o outro, seja quem for e com isso construir uma sociedade, pelo menos local baseada na igualdade de direitos.

Com isso, torna-se necessário um maior debate sobre as desigualdades vivenciadas pelas mulheres rurais, para que assim se possa construir alternativas que possibilitem o seu reconhecimento e sua maior participação social, visto que as organizações de mulheres camponesas em movimentos sociais já permitiram alguns avanços nesse sentido e assim continuar a refletir e dialogar sobre as construções sociais, pois somente com novas percepções poderemos alcançar a igualdade e o reconhecimento das mulheres como trabalhadoras e protagonistas no mundo rural.

Esses dados podem servir de apoio a estudos visando a elaboração de políticas públicas locais visando uma melhor qualidade de vida das mulheres, assim como de toda a sociedade circundante.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. P. de. **Usos Sociais do Tempo por Mulheres de uma Comunidade Agro-Pesqueira do Estado do Pará**. Belém, 2002. 140 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Pará.
- AMAPÁ (ESTADO). Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação. **Anuário Estatístico do Amapá 1998-2000**. Macapá, 2000. 1 CD-ROM.
- AMARAL FILHO, J. Desenvolvimento regional endógeno: (re)construção de um conceito, reformulação das estratégias. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 26, n. 3, 2002.
- ARAÚJO, R. M. **As cidades da Amazônia no século XVIII**: Belém, Macapá e Mazagão. Porto: FAUP Publicações, 1998. 356 p.
- BABBIE, E. **Métodos de pesquisas de survey**. Belo Horizonte: UFMG, 2003. 519 p.
- BARBETTA, P. A. **Estatística aplicada às ciências sociais**. 8. ed. Florianópolis: Ed.da UFSC, 2012. 318p.
- BARBOSA, T. L. **O processo de empoderamento da mulher rural e o Programa nacional de alimentação escolar (Pnae): o caso de Viçosa-MG**. 2017. 68 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2017.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016. 140 p.
- BARQUERO, A. V. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: FEE, 2001. 280 p.
- BATISTA, E. C.; MATOS, L. A. L.; NASCIMENTO, A. B. A entrevista como técnica de investigação na pesquisa qualitativa. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, v. 11, n. 3, p. 23-38, 2017.
- BATLIWALA, S. The meaning of women's empowerment: new concepts from action. *In*: SEN, G.; GERMAIN, A.; CHEN, L. C. (ed.). **Population policies reconsidered: health, empowerment and rights**. Boston: Harvard University Press, 1994. p. 127-138.
- BELL, J. **Projeto de pesquisa**: guia para pesquisadores iniciantes em educação, saúde e ciências sociais. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008. 34 p.
- BERNARD, H. R. **Research methods in cultural anthropology**. USA: Sage Publication, 1988. 520 p.
- BICEGLIA, T. R. **A mulher e a evolução histórica de suas conquistas na legislação civil e constitucional brasileira**. 2002. 95 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Faculdade de Direito de Presidente Prudente, Presidente Prudente, 2002.

BORGES, D. Coletando e extraindo informações dos bancos de dados criminais: a lógica das estatísticas das organizações policiais. **Série Análise Criminal**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 42-52, 2008.

BOUDON, Raymond; BOURRICAUD, François. Dicionário crítico de sociologia. São Paulo, Ática, 2007. 653 p.

BRACARENSE, P. A. **Estatística aplicada às ciências sociais**. 2. ed. Curitiba: IESDDE Brasil, 2018. 204 p.

BRASIL. **Constituição Política do Império do Brasil**. Carta de Lei de 25 de Março de 1824. Manda observar a Constituição Política do Império, oferecida e jurada por Sua Majestade o Imperador. Disponível em: <http://www.monarquia.org.br/PDFs/CONSTITUICAODOIMPERIO.pdf>. Acesso em: 27 out. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/. Acesso em: 21 nov. 2016.

BRASIL. **Lei Nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 1 nov. 2023.

BRASIL - MINISTÉRIO DA SAÚDE. CONSELHO NACIONAL DA SAÚDE. **Resolução Nº 510** de 07 de abril de 2016. Diário Oficial da União. Brasília. 2016.

BRASIL - MINISTÉRIO DA SAÚDE. CONSELHO NACIONAL DA SAÚDE. **Resolução Nº 466**, de 12 de Dezembro de 2012. Diário Oficial da União. Brasília. 2012.

BRUMER, A. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do rio grande do sul. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 205-227, jan./abr. 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2004000100011/8695>. Acesso em: 10 ago. 2023.

BRUSCHINI, C.; VARGAS, M. M. (org.). **Mulher brasileira é assim**. Rio de Janeiro: NIPAS; Brasília, DF. UNICEF, 1994. 284 p.

CAMPANELLA, M. A. T. As causas da crise ambiental. *In*: SILVA, C. E. L. (coord.). **Ecologia e sociedade**: uma introdução às implicações sociais da crise ambiental. São Paulo: Loyola, 1978. p. 67-104.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2005. 164 p.

COLOGNESE, S. A.; MELO, J. L. B. A técnica da entrevista na pesquisa social. **Cadernos de Sociologia**, n. 9, p. 143-159, 1998.

COSTA, C. *et al.* Masculinização rural por faixa etária: apontamentos para o RS. **Rev Congrega URCAMP**, Bagé, v.3, p.1-13, 2009.

COULANGES, F. **A Cidade Antiga**: Estudos sobre o Culto, o Direito, as Instituições da Grécia e de Roma. 12. ed. São Paulo: Hemus, 1996. 308p.

CRUZ, A. G. A História da ação humana sobre a natureza. *In*: SILVA, C. E. L. da. (coord.). **Ecologia e sociedade**: uma introdução às implicações sociais da crise ambiental. São Paulo: Loyola, 1978. p. 51-64.

DALAL, R. **A compacta história do mundo**. São Paulo: Universo dos Livros, 2016. 272 p.

DAMASCENO, L. D. J. **Empreendedorismo Feminino**: Um estudo das mulheres empreendedoras com modelo proposto por Dornelas. Fortaleza. 2010. 59 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração) -Faculdade 7 de Setembro, Fortaleza, 2010.

DUBOIS, J. C. L. **Manual agroflorestal para a Amazônia**. v. 1. Rio de Janeiro: REBRAF. 1996, 228 p.

ERAZO, R. L; COSTA, S. C. F. das C; SILVA, L. J. S. A importância da mulher na agricultura familiar: Comunidade Lago Janauacá, Careiro Castanho – AM. **Revista Terceira Margem Amazônia**, v. 6, n. 15, p. 242-255, 2020.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa**: Mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017. I Tomo, Migraciones. 464 p.

FRANCEZ, D. C. **Sistemas agroflorestais no contexto socioeconômico dos agricultores familiares de Nova Timboteua, Pará**. 2007. 157 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais) – Universidade Federal Rural da Amazônia, Belém, 2007.

FREITAS, J. L. **Sistemas agroflorestais e sua utilização como instrumento de uso da terra em pequenas propriedades rurais**: o caso dos agricultores da Ilha de Santana, Amapá, Brasil. 2008. 244 f. Tese (Doutorado em Ciências Agrárias) – Departamento de Ciências Florestais, Universidade Federal Rural da Amazônia, Belém, 2008.

FUNARI, P. P. **Grécia e Roma**. São Paulo: Contexto, 2002. 120 p.

GERRING, J. **Pesquisa de estudo de caso**: princípios e práticas. Petrópolis: Vozes, 2019. 360 p.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999. 206 p.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 175 p.

GIULANI, P. C. Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira. *In*: DEL PRIORE, M. (org.). **História das mulheres no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2000, p. 640-669.

GOHN, M. G. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. **Saúde e Sociedade**, v. 13, n. 2, p. 20-31, ago. 2004.

HARARI, Y. N. **Sapiens: uma breve história da humanidade**. São Paulo: L&PM, 2015. 464 p.

HARDIN, G. The tragedy of the Commons. **Science**, v. 162, p. 1243-1248, 1968.

HEREDIA, B. M. A.; CINTRÃO, R. P. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. **Revista NERA**. Presidente Prudente, v. 9, n. 8, p. 1-28, 2006.

HOROCHOVSKI, R. R.; MEIRELLES, G. **Problematizando o conceito de empoderamento**. UFSC, Florianópolis, Brasil. 2007. Disponível em: https://www.sociologia.ufsc.br/npms/rodrigo_horochovski_meirelles.pdf. Acesso em: 3 nov. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Estimativa populacional 2021**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ap/mazagao/panorama>. Acesso em: 19 maio 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEAGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Características étnico-racial da população: classificação e identidades**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. 204 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEAGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2022: manual de entrevistas**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. 177 p.

KUMAR, B. M.; NAIR, P. K. R. The enigma of tropical homegardens. **Agroforestry Systems**. v. 61. p. 135-152. 2004.

LEITE, J. F. *et al.* Condições de vida, saúde mental e gênero em contextos rurais: um estudo a partir de assentamentos de reforma agrária no nordeste brasileiro. **Rev. Psicol. Latinoam.** v. 35, n. 2, p. 301-3016, 2017.

LÉON, M. **Empoderamiento: relaciones de las mujeres con el poder**. Bogotá: Tercer Mundo, 1997. Disponível em: <https://conlaa.com/wp-content/uploads/2017/07/52-fondo-de-biblioteca-articulo.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2023.

LISBOA, M. G. O.; BRANCO, R. C. C. Dorothy Stang e o protagonismo feminino na luta pela terra e território de vida paraense. **Revista GeoAmazônia**, Belém, v. 9, n. 18, p. 57-82, 2021.

LOVATTO, P. *et al.* Gênero, sustentabilidade e desenvolvimento: uma análise sobre o papel da mulher na agricultura familiar de base ecológica. **REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 15, n. 2, p. 191-212, maio/ago. 2010.

MAHECHA, Y. L. R. **As políticas de fomento à agricultura familiar: uma análise comparativa das experiências do Brasil e Colômbia (1990-2010)**. 2016. 154 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

MARION, A. A.; BONA, A. N. **A importância da mulher na agricultura familiar**. Revista Cafeicultura, Minas Gerais, v. 13, p. 1-11, set. 2013.

MATOS FILHO, J. R. **Modo de vida e o manejo de açazais nas Várzeas do rio Mazagão, Município de Mazagão-AP, Brasil**. 2016. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós Graduação em Gestão e Desenvolvimento Local – Universidade Federal do Pará, 2016. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFPA_76ed9f324198dc7e3def6e6e6002e792. Acesso em 02 Ago. 2018.

MAZOYER, M. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. São Paulo: UNESP, 2010. 568 p.

MEDEIROS, C. A. **Estatística aplicada à educação**. Brasília: Universidade de Brasília, 2007. 130 p.

MEIRE, A. L. **Uma abordagem sobre o papel da mulher na cadeia produtiva do café no município da Barra do Choça-Bahia**. 2013. 50 f. Monografia (Especialização em gestão da Cadeia Produtiva do Café) – Universidade estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2013.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994. 80 p.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 2000. 269 p.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 27. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. 110 p.

MINAYO, M. C. S. Técnicas de pesquisa: entrevista como técnica privilegiada de comunicação. In: MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, p. 261-297, 2010.

MURARO, R. M. **A mulher no Terceiro Milênio**. 5 ed. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos. 1997. 208 p.

OLIVEIRA, A. L. **O processo de empoderamento de mulheres trabalhadoras em empreendimentos de economia solidária**. 2004. 121 f. Dissertação de (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

OLIVEIRA, A. M. **Conhecimento etnobotânico e etnofarmacológico da comunidade negra de Mazagão Velho, Amapá, Brasil**. Orientador, Raullyan Borja Lima e Silva; Coorientador, Patrick de Castro Cantuária. 2019. 235 f. Tese (Doutorado em Biodiversidade e Biotecnologia da Rede Bionorte) – Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2019.

PASTORAL DA CRIANÇA. **Missão**. Disponível em: <https://www.pastoraldacrianca.org.br/>. Acesso em: 1 nov. 2023.

PERROT, M. **Minha história das mulheres**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012. 192 p.

PIZAIA, J. C.; OLIVEIRA, A. P. S.; MOURA, D. A. V. O papel da mulher nos estabelecimentos de agricultura familiar na microrregião geográfica de Faxinal (PR). *In: IV SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO SEXUAL: FEMINISMO, IDENTIDADE DE GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS*, 2015, São Luís. **Anais**. São Luís: Universidade do Estado do Maranhão, 15 p.

QUIRINO, T. R.; GARAGORRY, F. L.; SOUSA, C. P. **Diagnóstico sociotécnico da agropecuária brasileira 1: Produtores**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2002. 59 p. (Documentos).

RABELO, B. V. *et al.* **Mazagão: realidades que devem ser conhecidas**. Macapá: IEPA, 2005. 120 p.

RIBEIRO, K. N. B. **As castanheiras: a organização política das mulheres da Reserva extrativista do rio Cajarí no Amapá**. 2013. 72 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2013.

ROMANO, J. O; ANTUNES, M. Introdução ao debate sobre empoderamento e direitos no combate à pobreza. *In: ROMANO, J. O.; ANTUNES, M. Empoderamento e direitos no combate à pobreza*. Rio de Janeiro: ActionAid, 2002. 116 p. Brasil. 2002.

ROSA, L. dos S. **Relatório do projeto: Identificação de espécies e sistemas agroflorestais potenciais para a Microrregião Bragantina, na região amazônica**. UFRA/ICA. Belém. 2006. 102 p.

ROSSINI, Rosa Ester. O trabalho da mulher na agricultura canavieira altamente tecnificada e capitalizada – São Paulo – Brasil, *In: LEMOS, Amalia I. G.; ARROYO, Mónica; SILVEIRA, Maria Laura. América Latina: cidade, campo e turismo*, São Paulo: CLACSO, 2006. p. 225-241.

SAKAMOTO, C. S.; NASCIMENTO, C. A.; MAIA, A. G. As Famílias Pluriativas e Não Agrícolas no Rural Brasileiro: condicionantes e diferenciais de renda. **Revista Economia e Sociologia Rural**. Piracicaba-SP, Vol. 54, Nº 03, p. 561-582, Jul/Set 2016 – Impressa em Setembro de 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/resr/v54n3/1806-9479-resr-54-03-00561.pdf>. Acesso em: 1 ago. 2018.

SANTOS, J. B.; BOHN, L.; ALMEIDA, H. J. F. O papel da mulher na agricultura familiar de Concórdia (SC): o tempo de trabalho entre atividades produtivas e reprodutivas. **Textos de Economia**, v. 23, n. 1, p. 1-27, 2020.

SCORSOLINI-COMIN, F. **Técnicas de entrevista: método, planejamento e aplicação**. São Paulo: Vetor, 2020. 160 p.

SCHNEIDER, C. O. *et al.* Mulheres rurais e o protagonismo no desenvolvimento rural: um estudo no município de Vitorino, Paraná. **Interações**, Campo Grande, MS, v. 21, n. 2, p. 245-258, abr./jun. 2020.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo. Companhia de Letras, 4. ed. 2008. 416 p.

SILVA, R. B. L. **A etnobotânica de plantas medicinais da comunidade quilombola de Curiaú, Macapá-AP, Brasil**. 2002. 170 f. Dissertação (Mestrado em Agronomia) – Departamento de Biologia Vegetal, Faculdade de Ciências Agrárias do Pará, Belém, 2002.

SILVA, R. B. L. e. **Diversidade, uso e manejo de quintais agroflorestais no Distrito do Carvão, Mazagão-AP, Brasil**, 2010. 284 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Universidade Federal do Pará/Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém, 2010.

SILVA, S. G. L.; SILVA, R. A. A democratização da família: substituição da hierarquia familiar pela paridade nas relações conjugais e suas implicações para a família brasileira contemporânea. *Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM*, v. 8, n. 2, p. 462-487, 2013.

SILVA, G. M.; LEÃO, L. T. S. O paradoxo da mistura: Identidades, desigualdades e percepção de discriminação entre brasileiros pardos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v27n80/v27n80a07.pdf>. Acesso em: 20 set. 2018.

SMITH, N. *et al.* **Experiências agroflorestais na Amazônia brasileira: Restrições e oportunidades**. 1998. Programa piloto para a proteção das florestas tropicais do Brasil. Brasília. 146 p.

SOARES, R. A. S. *et al.* O Brasil rural versus o Brasil Urbano. **Tempus actas de saúde colet.**, v. 9, n. 2, p. 221-235, 2015.

SORJ, Bila. O trabalho doméstico e de cuidados: novos desafios para a igualdade de gênero no Brasil. *In*: SILVEIRA, M. L. da; TITO, N. **Trabalho doméstico e de cuidados : por outro paradigma de sustentabilidade da vida humana** (org.). São Paulo: Sempre Viva Organização Feminista, 2008. p. 77-89.

SOUSA, D. K. A.; RODRIGUES, S. M. **Mulher e renda: um estudo sobre a atuação feminina no mercado de trabalho do Distrito de Mazagão Velho**. 2011. 56 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2011.

SOUZA, J. L. G.; RAMOS, G. L. A. Trabalho, saberes e a terra: as mulheres no assentamento Serra Dourada/GO. **Margens – Revista Interdisciplinar**, v. 15, n. 25, p. 73-92, dez. 2021.

SURVEYMONKEY. **Cálculo do tamanho da amostra**. 2023. Disponível em: <https://pt.surveymonkey.com/mp/sample-size-calculator/>. Acesso em: 30 jun. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ-MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL. **Projeto: Pandemia, trabalho e economia verde solidária no Amapá: apoio à produção das mulheres da floresta**. Disponível em: <https://www2.unifap.br/ppgmdr/files/2021/03/Projeto-ECOSOL.pdf>. Acesso em: 21 mai. 2021.

VIDAL, L. **Mazagão a cidade que atravessou o Atlântico: do Marrocos à Amazônia (1769-1783)**. São Paulo: Martins, 2008. 294 p.

VIEIRA, T. A. **Sistemas agroflorestais em áreas de agricultores familiares no município de Igarapé-Açu, Pará: adoção, composição florística e gênero**. 2006. 102 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais)– Universidade Federal Rural da Amazônia, Belém, 2006.

VINHOLI, A. C. **Agricultura urbana: Um estudo de caso em Itajaí/SC**. Itajaí, 2011. 135 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental) - Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Santa Catarina, 2011.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015. 320 p.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA COLETA DE DADOS PRIMÁRIOS

1. Nome completo.
2. Data de nascimento. / / Raça/cor.
3. Escolaridade.
4. Estado civil (casada, solteira, viúva, separada).
5. Têm filhos? Quantos?
6. Quantas pessoas moram no domicílio? Nº de homens e mulheres.
7. Nasceu em qual município/estado?
8. Há quanto tempo reside no Distrito do Carvão?
9. Quantas pessoas contribuem para a renda familiar? (homens e mulheres).
10. Qual o rendimento mensal no domicílio? Qual a contribuição efetiva das mulheres nesse total?
11. Quais as atividades* desenvolvidas que estão relacionadas com a renda?
12. Destas atividades quais, são organizadas/ lideradas por mulheres?
13. Naquelas que não são organizadas/ lideradas por mulheres, como é a participação destas, de modo que possibilite a participação de seus conjugues?
14. Possui emprego formal? Qual o emprego? Qual a renda?
15. Com que idade começou a trabalhar? (formal ou de ofício)
16. Tem Carteira de Trabalho assinada?
17. É associada a alguma organização social ou política? Qual? Qual a participação efetiva? Tem dificuldade de participação?
18. Possui outra fonte de renda?
19. Possui acesso a algum programa social?
20. Passou por algum tipo de violência (doméstica: qual? / outras?).
21. Além do trabalho/emprego, faz atividades domésticas? Quais? quantas horas diárias?
22. Há algum legado/ação/obra física/benefício social na comunidade que tenha ocorrido à partir da liderança/iniciativa/esforço de alguma mulher?
23. Historicamente, qual o papel que a mulher desempenhou nas atividades / ações que ocorreram no Distrito do Carvão e que beneficiaram toda a comunidade?
24. Individual ou coletivamente, como as mulheres se destacam em atividades realizadas por estas na comunidade do Distrito do Carvão?*

25. Você acha que as mulheres no Distrito do Carvão são valorizadas/reconhecidas por seu papel na família e comunidade?
26. No geral, qual o grau de formação destas mulheres? Isso tem mudado nos últimos anos? Caso tenham mudado, quais as causas dessa mudança?
27. Tem ocorrido o empoderamento (pessoal, financeiro) entre essas mulheres?
28. No que as mudanças na comunidade tem contribuído para incentivá-las a buscar novos horizontes? (Por ex: busca por estudos, formação, aberturas de MEI, dentre outros).

* comércio, agricultura, educacionais, serviços de saúde, culturais (danças, apresentações), religiosas (festas), organização social (associações, sindicatos, clubes).

** destacar aquelas que exercem papel de lideranças (política, religiosa, organização social), bem como as atividades individuais onde estão (professoras, técnicas de enfermagem, agentes comunitárias de saúde, dentre outras atividades)

**APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE****UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ**
Programa de Pós-Graduação/Mestrado em Desenvolvimento Regional**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)****(Resolução 466/2012 CNS/CONEP)**

O Sr.(a) está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa intitulado **“CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E CULTURAL DO MUNICÍPIO DE MAZAGÃO, AMAPÁ”**. O objetivo deste trabalho é avaliar possíveis impactos socioeconômicos na sociedade mazaganense, ocorridos a partir da expansão de políticas educacionais (médio e superior). Para realizar o estudo será necessário que o Sr. se disponibilize a participar desta entrevista. Não existem riscos quanto à sua participação, em virtude das informações coletadas serem utilizadas unicamente com fins científicos, sendo garantidos o total sigilo e confidencialidade, através da assinatura deste termo, o qual o Sr. receberá uma cópia.

Os benefícios da pesquisa são possíveis ganhos do ponto de vista da construção do conhecimento, que poderá resultar em informações acadêmicas para subsidiar estudos futuros.

O Sr. terá o direito e a liberdade de negar-se a participar desta pesquisa total ou parcialmente ou dela retirar-se a qualquer momento, sem que isto lhe traga qualquer prejuízo com relação ao seu atendimento nesta instituição, de acordo com a Resolução CNS nº466/12 e complementares.

Para qualquer esclarecimento no decorrer da sua participação, estaremos disponíveis através do telefone celular (31) 99924-4255. A Senhora também poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Amapá, Rodovia Josmar Chaves Pinto, s/n – Bairro Marco Zero do Equador - Macapá/AP, para obter informações sobre esta pesquisa e/ou sobre a sua participação, através dos telefones 4009-2804, 4009- 2805. Desde já agradecemos!

Eu _____ declaro que após ter sido esclarecido (a) pela pesquisadora, lido o presente termo, e entendido tudo o que me foi explicado, concordo em participar da Pesquisa intitulada “Contribuições da educação para o desenvolvimento socioeconômico e cultural do município de Mazagão, Amapá”.

Mazagão-AP, ____ de _____ de 2023.

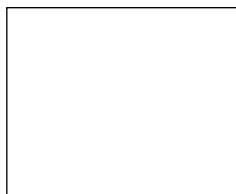
Nome do(a) aluno(a)
UNIFAP / MDR
telefone / e-mail

Assinatura do informante da pesquisa
Nome da localidade
telefone / e-mail

Caso o informante esteja impossibilitado de assinar:

Eu _____, abaixo assinado, confirmo a leitura do presente termo na íntegra para o(a) informante _____, o (a) qual declarou na minha presença a compreensão plena e aceitação em participar desta pesquisa, o qual utilizou a sua impressão digital (abaixo) para confirmar a participação.

Polegar direito (caso não assine):



APÊNDICE C – MOMENTOS DA COLETA DE DADOS NAS ENTREVISTAS, DISTRITO DO CARVÃO, MAZAGÃO-AP (2023)



Fonte: Edigar Davi (2023) / a) Entrevistada 7; b) Entrevistada 6; c) Entrevistada 2; d) Entrevistada 4; e) Entrevistada 5; f) Entrevistada 18.

APÊNDICE D – PERFIL DAS ENTREVISTADAS NO DISTRITO DO CARVÃO, MAZAGÃO-AP (2023)

Entrevistados	Idade	Condição no Domicílio	Estado Civil	Escolaridade	Profissão/Ocupação	Cor ou Raça
Entrevistada 1	30	Chefe	União consensual	Médio Completo	Técnica de enfermagem	Parda
Entrevistada 2	56	Cônjuge	Casamento religioso	Fundamental Incompleto	Costureira	Parda
Entrevistada 3	33	Cônjuge	União consensual	Médio Completo	Venda de comidas	Preta
Entrevistada 4	48	Chefe	Casamento religioso	Médio Incompleto	Professora	Parda
Entrevistada 5	59	Chefe	Desquitada, divorciada ou separada	Superior completo / Especialização	Professora	Branca
Entrevistada 6	32	Cônjuge	União consensual	Superior Incompleto	Diarista	Parda
Entrevistada 7	38	Cônjuge	Casamento religioso	Médio Incompleto	Venda de perfumaria	Parda
Entrevistada 8	40	Chefe	União consensual	Superior completo / Especialização	Secretária escolar	Preta
Entrevistada 9	56	Cônjuge	União consensual	Médio Incompleto	Doméstica	Parda
Entrevistada 10	63	Chefe	Casamento civil e religioso	Médio Completo	Técnica de enfermagem	Parda
Entrevistada 11	55	Chefe	União consensual	Fundamental Incompleto	Dona de casa	Parda
Entrevistada 12	49	Chefe	Casamento religioso	Fundamental I Incompleto	Dona de casa	Parda
Entrevistada 13	35	Chefe	Desquitada, divorciada ou separada	Superior Completo	Professora	Preta
Entrevistada 14	69	Chefe	Viúva	Não Alfabetizada	Aposentada	Preta
Entrevistada 15	43	Chefe	Desquitada, divorciada ou separada	Médio Completo	Cozinheira	Preta
Entrevistada 16	43	Cônjuge	União consensual	Superior completo	Dona de casa	Parda

Entrevistada 17	76	Chefe	Viúva	Fundamental I Incompleto	Aposentada	Preta
Entrevistada 18	46	Cônjuge	Casamento civil e religioso	Fundamental I Incompleto	Serviços gerais	Parda
Entrevistada 19	48	Cônjuge	Casamento civil e religioso	Médio Completo	Cozinheira	Parda
Entrevistada 20	42	Chefe	Viúva	Médio Completo	Vigilante	Parda
Entrevistada 21	37	Chefe	União consensual	Médio Incompleto	Serviços gerais	Parda
Entrevistada 22	45	Chefe	Desquitada, divorciada ou separada	Superior Completo	Professora	Preta
Entrevistada 23	33	Chefe	União consensual	Superior Completo	Auxiliar educacional	Preta
Entrevistada 24	20	Chefe	União consensual	Médio Completo	Cuidadora educacional	Parda
Entrevistada 25	47	Chefe	União consensual	Superior Completo	Agente administrativo- Diretora UBS	Parda
Entrevistada 26	44	Cônjuge	Casamento civil	Superior Completo	Agente distrital	Parda
Entrevistada 27	28	chefe	União consensual	Fundamental I Incompleto	Serviços gerais	parda
Entrevistada 28	48	Chefe	União consensual	Fundamental I Incompleto	Venda de roupas e comidas	Parda
Entrevistada 29	26	Chefe	União consensual	Médio Completo	Serviços gerais	Parda
Entrevistada 30	40	Chefe	Desquitada, divorciada ou separada	Superior Completo	Professora	Preta
Entrevistada 31	28	Chefe	Desquitada, divorciada ou separada	Superior Completo	Professora	Parda
Entrevistada 32	31	Chefe	Desquitada, divorciada ou separada	Médio Completo	Técnica de enfermagem	Branca
Entrevistada 33	29	Cônjuge	União consensual	Médio Completo	Monitora escolar	Parda
Entrevistada 34	27	Cônjuge	União consensual	Superior Incompleto	Dona de casa	Parda

Entrevistada 35	32	Cônjuge	União consensual	Superior Completo	Dona de casa	Parda
Entrevistada 36	49	Cônjuge	União consensual	Médio completo	Dona de casa	Parda
Entrevistada 37	30	Cônjuge	União consensual	Médio Incompleto	Dona de casa	Parda
Entrevistada 38	46	Chefe	União consensual	Superior completo / Especialização	Professora	Preta
Entrevistada 39	52	Cônjuge	União consensual	Médio completo	Dona de casa	Preta
Entrevistada 40	31	Cônjuge	União consensual	Fundamental I Incompleto	Dona de casa	Parda
Entrevistada 41	42	Chefe	Desquitada, divorciada ou separada	Superior Completo	Diretora do IMMAM	Parda
Entrevistada 42	41	Chefe	Desquitada, divorciada ou separada	Superior Incompleto	Professora	Preta
Entrevistada 43	34	Chefe	Casamento civil	Superior Completo	Professora	Parda
Entrevistada 44	42	Cônjuge	União consensual	Médio Incompleto	Dona de casa	Parda
Entrevistada 45	49	Chefe	União consensual	Médio completo	Serviços gerais	Parda
Entrevistada 46	37	Chefe	Casamento civil	Superior Completo	Professora	Parda
Entrevistada 47	27	Chefe	Solteira	Superior completo / Especialização	Técnica de enfermagem	Parda
Entrevistada 48	19	Filha	Solteira	Superior Incompleto	Não respondeu	Parda
Entrevistada 49	38	Chefe	Solteira	Superior completo /Especialização	Pedagoga	Preta
Entrevistada 50	65	Chefe	Viúva	Fundamental I Incompleto	Aposentada	Parda
Entrevistada 51	33	Chefe	União consensual	Superior Completo	Professora	Parda
Entrevistada 52	29	Chefe	União consensual	Médio Completo	Cuidadora educacional	Preta

Entrevistada 53	32	Chefe	União consensual	Médio Completo	Cuidadora educacional	Preta
------------------------	----	-------	------------------	----------------	-----------------------	-------

Fonte: Elaborado pela Autora a partir de dados da pesquisa de campo (2023).

ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
AMAPÁ - UNIFAP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Contribuições da educação para o desenvolvimento socioeconômico e cultural do município de Mazagão, Amapá

Pesquisador: Galdino Xavier de Paula Filho

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 68558423.9.0000.0003

Instituição Proponente: FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.178.670

Apresentação do Projeto:

Conforme parecer anterior

Objetivo da Pesquisa:

Conforme parecer anterior

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Conforme parecer anterior

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa relevante e exequível

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Termos de acordo

Recomendações:

Sem recomendações

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Sem pendências

Considerações Finais a critério do CEP:

Endereço: Rodovia Juscelino Kubitschek de Oliveira - Km.02, Marco Zero
Bairro: Bairro Universidade **CEP:** 68.902-280
UF: AP **Município:** MACAPA
Telefone: (96)4009-2805 **Fax:** (96)4009-2804 **E-mail:** cep@unifap.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
AMAPÁ - UNIFAP



Continuação do Parecer: 6.178.670

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2114312.pdf	27/06/2023 10:14:55		Aceito
Cronograma	cronograma2.docx	27/06/2023 10:14:19	Galdino Xavier de Paula Filho	Aceito
Outros	riscosdetalhados2.docx	03/05/2023 00:33:11	Galdino Xavier de Paula Filho	Aceito
Outros	roteiroentrevista2.docx	03/05/2023 00:32:23	Galdino Xavier de Paula Filho	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto detalhado2.docx	03/05/2023 00:31:07	Galdino Xavier de Paula Filho	Aceito
Outros	selecaoinformantes.docx	03/04/2023 22:49:12	Galdino Xavier de Paula Filho	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	03/04/2023 22:47:48	Galdino Xavier de Paula Filho	Aceito
Orçamento	orcamento2.docx	03/04/2023 22:46:23	Galdino Xavier de Paula Filho	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto_dpq_ok.pdf	03/04/2023 22:44:33	Galdino Xavier de Paula Filho	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

MACAPA, 12 de Julho de 2023

Assinado por:
Francisco Fábio Oliveira de Sousa
(Coordenador(a))

Endereço: Rodovia Juscelino Kubitschek de Oliveira - Km.02, Marco Zero
 Bairro: Bairro Universidade CEP: 68.902-280
 UF: AP Município: MACAPA
 Telefone: (96)4009-2805 Fax: (96)4009-2804 E-mail: cep@unifap.br